



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CAMPUS FLORESTA
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E
LINGUAGENS

DOMINGOS DE AMORIM SAMPAIO NETO

**LITERATURA E ENSINO: A GARANTIA DE UM BEM
INCOMPRESSÍVEL DO SER HUMANO**

CRUZEIRO DO SUL – ACRE
2023



DOMINGOS DE AMORIM SAMPAIO NETO

**LITERATURA E ENSINO: A GARANTIA DE UM BEM
INCOMPRESSÍVEL DO SER HUMANO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*, para a obtenção do título de mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Jáder Vanderlei Muniz de Souza

Linha de Pesquisa: Ensino, Linguagens e Culturas



LITERATURA E ENSINO: A GARANTIA DE UM BEM INCOMPRESSÍVEL DO SER HUMANO

DOMINGOS DE AMORIM SAMPAIO NETO

Dissertação defendida em 25 de maio de 2023 e considerada **aprovada** para obtenção do Título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – Programa de Pós-graduação e Ensino de Humanidade e Linguagens da Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*.

Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha
Coordenador do Curso (PPEHL)

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jáder Vanderlei Muniz de Souza
Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*
UFAC/PPEHL - Orientador/Presidente

Prof. Dra. Vera Lúcia de Magalhães Bambirra
Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*
UFAC/PPEHL - Membro Interno

Prof. Dra. Rafaela Cassia Procknov
Instituto Federal de São Paulo
IFSP – Membro Externo

Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha
Universidade Federal do Acre, *Campus Floresta*
UFAC/PPEHL – Membro Suplente



AGRADECIMENTOS:

Deus é alegria. Uma criança é alegria. Deus e uma criança têm isso em comum: ambos sabem que o universo é uma caixa de brinquedos. Deus vê o mundo com os olhos de uma criança. Está sempre à procura de companheiros para brincar.
(Rubem Alves)

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força, sabedoria e persistência na minha caminhada pessoal, familiar e profissional.

Em especial à minha esposa Dones, aos meus filhos Patrik, Ana Clara e Mateus pelo apoio, incentivo, amor, carinho, em todos os momentos, principalmente nos momentos difíceis, pois quando eu penso em desistir eles me fortalecem.

Aos meus demais familiares, mãe, pai e irmãos que sempre me apoiaram em meus estudos.

Ao meu cunhado e amigo Mardonis pelo companheirismo e parceria durante todo esse tempo que nos conhecemos, que Deus possa lhe proporcionar saúde e abençoá-lo a cada dia.

Aos meus colegas de trabalho por nunca terem questionado a minha ausência em alguns momentos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jáder Vanderlei Muniz de Souza, pelas orientações e contribuições significativas para construção desse trabalho.

Às Profa. Dra. Vera Lúcia de Magalhães Bambirra e Profa. Dra. Rafaela Cássia Procknov membros da banca da qualificação e da defesa de minha dissertação que contribuíram significativamente para o desfecho deste trabalho.



“Amo a minha vocação, que é escrever.
Literatura é uma vocação bela e fraca. O
escritor tem amor, mas não tem poder. ”
(Rubem Alves)



LITERATURA E ENSINO: A GARANTIA DE UM BEM INCOMPRESSÍVEL DO SER HUMANO

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre *Literatura e Ensino: A Garantia de um bem incompressível do ser humano*, de acordo com a visão reflexiva de Antonio Candido em seu ensaio “O direito à literatura”. A pesquisa se fortalece por meio de um estudo teórico-bibliográfico sobre o tema. Focou-se em destacar o caráter humanizador e transformador da literatura que, por meio das manifestações culturais, promove o aguçamento da consciência crítica. Buscou-se mostrar a importância do ensino da Literatura nos ambientes escolares, defendendo que todo o ser humano deve ter o acesso a ela para o aprimoramento de seus conhecimentos em relação ao mundo. Além disso, foi abordada a importância de a escola valorizar o texto literário em sala de aula para que a literatura faça parte da formação integral do aluno. Nessa perspectiva, definiu-se como o principal objetivo, mostrar que todos os cidadãos deveriam ter o direito ao acesso à literatura. Por ser uma pesquisa de caráter bibliográfico há necessidade que seja realizado um aperfeiçoamento para fundamentar a temática pesquisada, principalmente, referente ao direito e ao ensino da literatura, às práticas de mediação da leitura literária e ao letramento literário. Assim serão utilizados, como referencial teórico, produções de autores como: Candido (1995, 2002, 2006, 2011); Lajolo (1998, 2002, 2009); Cosson (2006, 2014), dentre outros autores que contribuíram significativamente para a realização deste estudo. Além de documentos norteadores e normatizadores da educação e, ainda, a Carta Magna do Brasil de 1988, que garante os direitos fundamentais da população brasileira. Deste modo, percebe-se que o ensino de literatura precisa acontecer no cotidiano dos alunos, para que esta possa realizar sua efetiva função humanizadora, proporcionando aos discentes uma formação cidadã através dos conhecimentos adquiridos a partir da leitura dos textos literários podendo ainda relacionar a teoria e a prática em diferentes contextos históricos.

Palavras-chave: Direito à literatura, ser humano, ensino, texto literário e leitura.



Abstract

The present work discusses Literature and Teaching: The Guarantee of an incompressible good of the human being, according to the reflexive vision of Antonio Candido in his essay "The right to literature". The research is strengthened through a theoretical-bibliographical study on the subject. It focused on highlighting the humanizing and transforming character of literature which, through cultural manifestations, promotes the sharpening of critical awareness. We sought to show the importance of teaching Literature in school environments, arguing that every human being should have access to it in order to improve their knowledge of the world. In addition, the importance of the school valuing the literary text in the classroom was discussed so that literature is part of the student's integral formation. From this perspective, the main objective was defined as showing that all citizens should have the right to access literature. As it is a bibliographical research, there is a need for improvement to support the theme researched, mainly regarding the law and the teaching of literature, practices of mediation of literary reading and literary literacy. Thus, productions by authors such as: Candido (1995, 2002, 2006, 2011); Lajolo (1998, 2002, 2009); Cosson (2006, 2014), among other authors who contributed significantly to this study. In addition to guiding documents and norms for education, and also the Magna Carta of Brazil of 1988, which guarantees the fundamental rights of the Brazilian population. In this way, it is perceived that the teaching of literature needs to happen in the daily life of the students, so that it can carry out its effective humanizing function, providing students with citizenship training through the knowledge acquired from the reading of literary texts, being able to relate the theory and practice in different historical contexts.

Keywords: Right to literature, human being, teaching, literary text and reading.



Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
1. "O DIREITO À LITERATURA: UMA NECESSIDADE UNIVERSAL".....	16
1.1. Conceitos de literatura.....	16
1.2. A ideia de Antonio Candido sobre o direito à literatura.....	20
1.3. O papel humanizador da literatura.....	28
1.4. O ensino da literatura na escola.....	32
2. A IMPORTÂNCIA DE A ESCOLA VALORIZAR O TEXTO LITERÁRIO NA SALA DE AULA.....	41
2.1. Literatura e a formação integral do aluno.....	41
2.2. O texto literário na escola e o papel do professor.....	45
2.3. O trabalho com leitura literária na sala de aula.....	50
3. O LETRAMENTO LITERÁRIO COMO EIXO NORTEADOR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE LEITURA.....	58
3.1 – Definindo letramento.....	58
3.2 – O letramento literário.....	61
3.3 - O letramento literário numa perspectiva educacional.....	66
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

INTRODUÇÃO

A literatura é essencial na vida do ser humano. Antonio Candido em sua obra “O Direito à Literatura” traz à tona uma importante discussão para a sociedade sobre o direito ao acesso à literatura. Para o referido crítico, a literatura deve ser vista como “um bem incompressível do ser humano”. Assim, Candido assegura que,

[...] são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (CANDIDO, 2011, p. 176).

Com base no pensamento do referido autor, é possível compreender o caráter fundamental da literatura na vida das pessoas, quais os efeitos que ela pode trazer à vida do ser humano como ferramenta de inclusão, o que deve fazer os que acreditam nos direitos humanos para transformar a sociedade e quais são os critérios para considerar os bens incompressíveis, do ponto de vista individual e do ponto de vista social.

Esse entendimento proporcionou os questionamentos que promoveram o interesse de realizar esta pesquisa, os quais surgem de uma necessidade de modificar o ensino da literatura nas escolas. Ao observar o currículo escolar, nota-se que este já passou por algumas alterações, cuja nova concepção ocasionou mudanças no ensino da literatura na Educação Básica. Nessa nova composição, a Literatura, que era uma disciplina, passou a fazer parte dos conteúdos de língua portuguesa. Desta forma, a disciplina de Literatura perdeu sua autonomia e seus principais objetivos no ensino, gerando uma grande alteração em sua função pedagógica, uma vez que as disciplinas apresentam suas próprias práticas de ensino, finalidades e, a partir destas, são estabelecidos meios para alcançá-las. Assim, se a literatura se torna um conteúdo, deixa de ter seu próprio fim no ensino-aprendizagem, tornando-se meio para o fim do ensino de Língua Portuguesa.

Diante desse contexto, percebe-se que as práticas que envolvem o ensino da leitura do texto literário em sala de aula não acontecem de forma condizente com o ensino da literatura. Mas é preciso que haja abordagens, disseminação de informações e ideias relacionadas à literatura. Diante disso, o professor de Língua

Portuguesa precisa utilizar metodologias que abordem o ensino da literatura em sala de aula. O docente ao trabalhar com um texto literário, precisa apresentar a obra ao aluno realizando uma introdução relacionada à temática do texto, apresentando informações prévias sobre o autor e a obra, além de orientar a leitura para que possa ser realizada uma boa discussão em classe.

Desta maneira, é possível transmitir para o aluno novos conhecimentos a partir da leitura literária. Segundo Zilberman (2012), toda obra está sujeita ao horizonte de expectativas de um público, tendo em vista que o leitor faz parte de panoramas históricos diferentes que necessitam fundir-se para que a comunicação ocorra. O processo de recepção se inicia antes do contato do leitor com o texto. O leitor possui um cenário que o limita, mas que pode transformar-se continuamente.

Nesse sentido, compreende-se que a leitura literária em sala de aula não deve ser utilizada apenas como uma forma avaliativa, porque se o professor utilizar essa prática em classe o aluno provavelmente não consegue aprender literatura, uma vez que o processo de aprendizagem é ignorado tendo como objetivo apenas um resultado.

Essa prática é muito perceptível nas escolas, segundo Lajolo (2006), modificar a importância do texto literário, afasta o aluno da leitura literária, porque fica subentendido que a leitura por si só não basta como motivo para realizá-la. Assim, o ensino da literatura, ao longo de sua permanência na escola, apresenta barreiras em suas práticas, as quais permeiam o desinteresse dos alunos, o pouco discernimento por parte de alguns profissionais e até a compreensão deturpada da sociedade, que não vê a literatura como algo com sentido prático. Porque a leitura literária se caracteriza como um meio de aquisição do conhecimento que permeia o ser humano. A leitura é, portanto, um ato social, e como tal, uma questão pública. Na atualidade as artes literárias nas suas diversas representações tornam-se mais necessárias, pois o homem contemporâneo almeja superar o cotidiano, absorver o mundo e controlar a realidade. Não existe, entretanto, obra artística literária dissociada do contexto histórico no qual foi gestada.

Deste modo, para Lajolo (2006), as políticas educacionais são, muitas vezes, equivocadas na abordagem e nos aspectos estruturais e estéticos dos textos literários. Para a autora, as atividades propostas pelos manuais escolares são periféricas, uma vez que o ato da leitura literária deve ser ensinado.

Propor palavras cruzadas, sugerir identificação com uma ou outra personagem, dramatizar textos e similares atividades que manuais escolares propõem, é periférico ao ato da leitura, ao contato solitário e profundo que o texto literário pede. Ou o texto dá sentido ao mundo, ou ele não tem sentido nenhum. E o mesmo se pode dizer de nossas aulas. (LAJOLO, 2006, p. 15)

Dessa forma, compreende-se que o ensino de literatura está muito distante de satisfazer as especificidades de seu conteúdo que, há tempos, são interrogados desde as práticas em sala de aula até suas formulações em documentos oficiais. Porém, é na prática da docência que se pode analisar mais intensamente a dura realidade da efetivação desses papéis. Isso porque, para conectar a prática à teoria é necessário conhecimento, mas também dispor dos meios para que seja possível a realização dessa conexão.

Nesse sentido, depreende-se que a literatura possibilita uma melhor compreensão da prática social, podendo promover a mudança de concepção de mundo das que, muitas vezes, é negada ao indivíduo devido à ausência da literatura no ambiente escolar. Essa ausência do ensino de literatura no ambiente escolar afeta a elevação da consciência humana, porque é um processo que tem como objetivo o ensino, não é independente e imediato, necessita do processo de aprendizagem escolar. Além disso, compreende-se que a formação do ser humano depende de estímulos externos, entre os quais a arte literária exerce grande importância, podendo ser um agente da humanização do indivíduo.

O desenvolvimento do ser humano não é natural. Ele depende das condições materiais fundamentais para sua promoção. Acredita-se que a literatura contribui decisivamente nesse processo. Caso contrário, não seria possível sua constituição. Esperar que o indivíduo tenha sua humanidade concentrada sem promovê-la é o mesmo que realizar uma leitura literária sem motivação.

Desta maneira, o ensino de literatura precisa atender aos objetivos que compreendem sua constituição artística, concebendo uma forma de arte com fundamentos próprios e fáceis de serem compreendidos, promotora da formação do indivíduo, um ser social determinado pelo contexto histórico-social, em que suas humanidades são geradas na sociedade. Essa formação possibilita ao ser humano conquistar a condição de ser livre e racional, ultrapassando sua condição instintiva. Essa conquista, segundo Duarte (2013), se dá através da educação, a qual promove a transformação do indivíduo, levando-o a se relacionar de modo consciente com

sua individualidade, com sua atividade e com o mundo. O referido escritor garante que,

Para se formar como indivíduo humano, cada pessoa deve se apropriar da riqueza material e espiritual produzida pela humanidade. No caso da educação escolar trata-se, principalmente, é claro, da riqueza espiritual, da transmissão de conhecimentos. A base da formação da individualidade é a apropriação da materialidade socialmente produzida sem a qual a vida humana não existe. (DUARTE, 2013, p. 65)

Em nosso país a educação está baseada e regulamentada pela LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim, de acordo com a legislação vigente, a educação deve abranger todos os processos formativos do cidadão e esses se dão em vários âmbitos da existência humana. Entretanto, a educação escolar deve se dar por meio de uma instituição de ensino, a qual deve ser ligada ao mundo do trabalho e à prática social. A composição do currículo nacional é regulamentada por documentos orientadores e normatizadores, tais como a BNCC - Base Nacional Comum Curricular e os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesses documentos a literatura é exposta como essencial para a aquisição do conhecimento, além de enriquecer o repertório cultural do aluno, pois seu objetivo é unificar e superar a fragmentação das práticas escolares relacionadas ao ensino da literatura.

Nessa perspectiva, percebe-se que a leitura de obras literárias na escola tem um papel transformador, pois leva o leitor a estabelecer uma relação com o texto, convertendo-se em um ser que tem uma postura crítica perante a realidade, não se submetendo aos padrões vigentes, segundo os quais o bom leitor era tido como o que lia corretamente, isto é, tinha domínio dos códigos que permitem a mecânica da leitura.

Deste modo, a escolha do tema justifica-se dentro do contexto de dificuldades comumente encontradas no ensino do texto literário, abordando a literatura também como um recurso facilitador do ensino da leitura e da escrita. Neste sentido, foi eleito como objeto de pesquisa, *Literatura e Ensino: A garantia de um bem incompressível do ser humano*, com o intuito de realizar uma investigação sobre o direito à literatura a importância do texto literário na sala de aula suas implicações para a formação de leitores e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do letramento literário dos alunos. Essa busca parte de uma série de interrogações que foram se desenhando a partir das análises realizados e das percepções construídas e a partir dos aportes

teóricos. Foi deste estudo que surgiu o problema de pesquisa: *quais as implicações da falta de acesso à literatura nas escolas para a formação do leitor literário e para o desenvolvimento do letramento literário?*

A partir desta problemática, elaborei algumas questões que respaldarão a orientação e o delineamento desta investigação: Porque à Literatura é um direito universal, mas grande parte da sociedade não tem acesso a ela? Qual a importância de a escola valorizar o texto literário na sala de aula? Qual a finalidade do letramento literário na educação básica para formar leitores competentes?

Assim, para responder esses questionamentos foram traçados, o objetivo geral e os específicos deste trabalho. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral mostrar que todos os cidadãos deveriam ter o direito ao acesso à literatura. E como objetivos específicos visa-se expor que a literatura é um direito fundamental na vida do ser humano além de destacar-se a importância do ensino da literatura nos ambientes escolares; apresentar a literatura como área do conhecimento para a formação integral do aluno e a relevância do texto literário na escola; e discorrer sobre o processo do letramento literário na educação básica.

Esta investigação originou-se em virtude da minha vivência profissional e do meu interesse por essa temática, interesse que surgiu a partir de estudos já realizados durante a minha especialização em Língua Portuguesa.

A partir dos resultados desta pesquisa, percebi que as práticas de leitura literária adotadas nas escolas pouco contribuem para a formação do leitor, e o texto literário ocupa um pequeno espaço nas salas de aula, em especial, das escolas públicas. Além disso, durante boa parte da minha vivência profissional, testemunho a dificuldade do professor em conciliar o ensino dos conteúdos gramaticais com o ensino da leitura, principalmente da literatura, levando a maioria deles a prender-se ao ensino de regras gramaticais, relegando a um segundo plano a prática da leitura literária.

Isso instigou uma vontade pessoal em participar dos estudos relacionados a esta temática. Desse modo, realizar o presente trabalho representa a possibilidade de me aprofundar e expandir tais estudos, além de prosseguir estudando e pesquisando no âmbito da leitura literária, uma vez que já tive a oportunidade de trabalhar com os referidos textos.

Neste trabalho será realizada uma revisão bibliográfica, que servirá para contribuir com o embasamento teórico deste estudo. Segundo Gil (2008, p. 50), “a

pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, presente principalmente nos livros e artigos científicos”. É uma fonte de levantamento de informações sobre a temática em análise e é realizada por meio de um estudo dos materiais que já foram produzidos por outras pessoas e que possuem credibilidade científica.

Para a realização deste trabalho, constitui um diálogo com autores que abordam a temática pesquisada para a fundamentação teórica das questões referentes ao direito e ao ensino da literatura, às práticas de mediação da leitura literária e ao letramento literário, fazendo uma articulação entre as categorias de análise. Assim, serão utilizados como referencial teórico, autores como: Candido (1995, 2002, 2006, 2011); Colomer (2007), Colomer & Camps (2002), Cosson (2006, 2014); Lajolo (2002, 2009); Magnani (1989); Soares (2003, 2006 e 2009); Malard (1985); Morin (2000); Perrone-Moisés (2006, 2016); Rocco (1992); Silva (1988); Zilberman & Silva (2008); Zilberman (2012, 1985) dentre outros escritores que contribuíram substancialmente para a realização deste estudo. Além de documentos norteadores e normatizadores da educação brasileira como a LDB (1996), PCNs (1997), BNCC (2018) e, ainda, a Carta Magna do Brasil (1988) que garante os direitos fundamentais da população brasileira.

Nessa perspectiva, definiu-se como principal objetivo da pesquisa mostrar que todos os cidadãos deveriam ter o direito ao acesso à literatura. Assim, insere-se nesse estudo o ensino da literatura, pois estudará práticas educativas tendo como referência central seus sujeitos, buscando compreender seus processos educativos escolares e, conseqüentemente, suas relações com a sociedade. Assim, a literatura proporcionará momentos de reflexão, fazendo com que o indivíduo se encontre no texto. Possibilitando que crie hipótese e seja capaz de solucionar problemas. Desta maneira, a literatura contribuirá para um desenvolvimento que aponta para além da leitura e da escrita, podendo estar presente em todas as áreas de conhecimento.

Dessa maneira, a estrutura do presente texto está organizada da seguinte forma: introdução, que apresenta a parte preliminar desta dissertação onde está exposto o tema da pesquisa, a justificativa, os objetivos e três capítulos. O primeiro capítulo denominado **O direito à literatura: uma necessidade universal**, esse capítulo irá abordar essa temática de acordo com a visão de Candido (2011), mostrando que a literatura é um direito fundamental na vida do ser humano, qual o seu papel humanizador na sociedade, além da importância do ensino da literatura

nos ambientes escolares. O segundo intitulado **A importância de a escola valorizar o texto literário na sala de aula** aborda as fundamentações e bases legais que apresentam a literatura como área do conhecimento para a formação integral do aluno, a relevância do texto literário na escola, o papel do professor e o trabalho com leitura literária na sala de aula. O terceiro intitulado **O letramento literário como eixo norteador de práticas pedagógicas de leitura** apresenta a definição de letramento literário segundo Soares (2003), expõe processo de letramento literário focando nas discussões sobre o lugar que a literatura tem ocupado na escola e mostrará ainda o gênero literário numa perspectiva educacional, que perpassa por toda a Educação Básica desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, por fim a conclusão que sustenta que o ensino de literatura e a formação do conhecimento artístico contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos indivíduos, seguida das referências bibliográficas.

1. O DIREITO À LITERATURA: UMA NECESSIDADE UNIVERSAL

1.1 – Conceitos de literatura

Antes de falar sobre o direito à literatura precisa-se primeiramente conhecer alguns conceitos relacionados a essa palavra. O dilema de delimitá-la não pode ser confundido com uma iniciativa de apresentar determinados significados ou de estabelecer uma definição estanque da palavra. Definir um termo é determinar barreiras para sua vivência e atuação. Diante disso, não há consenso, e, cada período histórico visa rever as compreensões em relação à produção literária em consonância com a realidade estabelecida. Contudo, pode-se recomendar uma descrição que penetra a diversidade de conceitos a respeito dessa palavra. Nesse sentido, precisa-se considerar as três características que perpassam os mais variados conceitos de literatura. Primeiramente, temos as obras literárias que são expressões do conhecimento e da arte. Em conformidade com as obras literárias, inclui-se a palavra que é a ferramenta com que o promotor da literatura lida. E, por fim, as obras literárias são frutos da perspectiva dos autores frente à realidade e aos interesses humanos.

Em vista disso, de acordo com o Dicionário Aurélio (2004), a palavra literatura se originou do latim “*litterae*” que significa letras, assim, compreende-se que,

a literatura é a arte de compor ou escrever trabalhos artísticos em prosa ou em verso, pode ser também o conjunto de trabalhos literários de um país ou de uma época ou a carreira das letras; também pode ser o conjunto de conhecimentos relativos às obras ou aos autores literários; consta também que é a irrealidade, a ficção ou qualquer uso estético da linguagem. (ALMEIDA, 2007, p. 2012)

De acordo com o conceito de literatura expresso nesse dicionário, entende-se que ela é uma qualidade elevada de escrita, associada à sapiência e à arte. Essa mesma concepção perpassa os eventos literários que surgem a cada ano no Brasil e conseguem espaço na mídia nacional, conduzidos pelo êxito da Festa Literária das Periferias – FLUP e da Festa Literária Internacional de Paraty, por exemplo. A literatura reproduz, nesse sentido, um diferencial positivo num cenário social antagonista.

Dessa forma, a definição atribuída à literatura aparece nas etapas da educação básica brasileira, principalmente, como componente integrante dos conteúdos do Ensino Médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, prescreve no seu artigo 1º § 2º que o Ensino Médio “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL 1996), recomendando dessa forma uma conexão mais consolidada entre as disciplinas que constam na etapa final da educação básica.

Além da LDB outros documentos que regem a educação básica explicitam as diretrizes para a literatura no Ensino Médio, como o PCN+ as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (2002), materializam essa perspectiva. Nos paradigmas de interdisciplinaridade que o documento abrange é possível compreender o conceito de literatura empregado no âmbito das ações públicas para a educação básica.

Essa concepção de ensino interdisciplinar sustentado no estudo da literatura como estrutura ao ensino de História, é muito semelhante à ideia rechaçada de Lajolo, (1988) para que o texto literário fique submisso ao ensino da disciplina de Língua Portuguesa. Porque a escritora defende a independência do texto literário e mostra que sua presença no contexto escolar aparece de forma muito concisa. Tendo em vista que, “se o texto não é pretexto, noutra sentido, é contexto” (LAJOLO, 2009). E, dessa forma, corrobora a concepção incorporadora do PCN+ ao acreditar na conexão entre os procedimentos de leitura e os contextos das produções da arte literária.

É pertinente destacar que esse conceito está equiparado ao ponto de vista da teoria que regeu a crítica literária brasileira nos últimos anos. Conduzida por Antonio Candido (2006), as investigações que interseccionam literatura e sociedade ponderam que a arte literária está conectada à questão social em dois sentidos: a literatura é tão formada pela sociedade quanto a sociedade é formada pela literatura. De acordo com Candido,

[...] a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CANDIDO, 2006, p. 30).

A partir desse conceito, o autor supracitado, constitui três funções fundamentais à literatura: a função psicológica, decorrente da competência criativa dos seres humanos; a função formadora, levando em consideração que as ficções expressas pela arte literária têm suas sustentações na realidade social e seriam, assim, provenientes da experiência de vida; e, por fim, a função social, que cuida do reconhecimento do leitor e seu universo retratado nas obras literárias.

Desse modo, a literatura está, absolutamente, ligada à realidade e é expressão da existência do próprio homem. Por isso, transforma-se em um elemento de instrução que impressiona ao mesmo tempo em que concede a utilização estética. É nesse sentido que a literatura desempenha um papel humanizador.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, ampliam o conceito da literatura, considerando-a, em sentido amplo, ao afirmar que literatura é tudo que está escrito, como por exemplo, a literatura médica e a literatura científica. Entretanto, o conceito específico, empregado no documento, reafirma a sua perspectiva erudita e estética, como "arte que se constrói com palavras" (BRASIL, 2004, p. 52).

Por outro lado, Afrânio Coutinho (1955), mostra a arte literária segundo duas perspectivas: a literatura como consequência de fatores históricos, sociais e culturais, com concentração nas informações extrínsecas à obra; e a literatura como expressão estética que é soberana aos fatores externos à obra. Percebe-se que a primeira noção apoia a concepção de Candido, tendo em vista que ambos os autores enfatizam a relação entre a literatura e a sociedade por meio da História, já a segunda diverge da primeira e evidencia uma visão mais convencional à percepção dos elementos internos que descrevem a literatura como um objeto artístico, com valor inerente e função estética em si. Coutinho defende a independência da obra frente aos fatores extrínsecos a ela. Desse modo para ele,

A literatura é uma arte, a arte da palavra, isto é, um produto da imaginação criadora, cujo meio específico é a palavra, e cuja finalidade é despertar no leitor ou ouvinte o prazer estético. Tem, portanto, um valor em si, e um objetivo, que não seria de comunicar ou servir de instrumento a outros valores - políticos, religiosos, morais, filosóficos. Dotada de uma composição específica, que elementos intrínsecos lhe fornecem, tem um desenvolvimento autônomo (COUTINHO, 1955, p. 71).

A autonomia da arte literária permaneceria pautada, então, na competência de seus elementos internos que concebem fatos literários de natureza estética, visto

que esses acontecimentos ocorrem num tempo e espaço estabelecidos pela relação da obra com seu autor e com os subsídios que constituem para sua essência e a diferenciam de outros fatos literários e sociais.

Já Eagleton (2001) argumenta primeiramente o impasse em fixar um conceito específico para a palavra literatura, tendo em vista que o conhecimento move a vida do indivíduo para que o mesmo possa refletir a respeito dela como uma escrita fantasiosa, isto é, podendo ser uma criação verdadeira ou não. Por outro ângulo, ao analisar obras literárias de outros países percebe-se uma tipologia ou gêneros textuais diversificados como: as tragédias, os ensaios, as autobiografias, romances, etc., dessa maneira, a distinção entre acontecimento e fantasia para definir literatura é bastante discutível. Porque,

[...] além da dificuldade de distinção entre o que é real e o imaginativo ou criativo, há que se considerar ainda as diferentes maneiras com que alguns autores são lidos, ou a funcionalidade de alguns gêneros, a citar os autores do Gênese que são lidos como fato por alguns e como ficção por outros; o gênero romance (novel) utilizado pelos ingleses tanto para contar fatos ou acontecimentos de ficção. (OLHER, 2008, p. 79)

Nessa perspectiva, segundo Eagleton (2011), em algumas situações é a maneira como a pessoa se refere ou reflete sobre a literatura que um texto poderá tornar-se literário ou não. Não é a condição do texto que o determina, mas o modo como o texto é lido ou abordado em seu contexto. O teórico ressalta ainda que têm textos que já surgem na categoria de literários, outros alcançam tal categoria, sendo então seu cenário o grande agente para alcançar essa categoria, e, ainda, pelo modo como se lê o texto, podendo o mesmo ser lido rotineiramente ou poeticamente. Consequentemente, compreende-se que é o bom senso que define as especificidades e o uso diferenciado ou não da linguagem em um texto. Este bom senso está literalmente associado a determinadas circunstâncias em que a obra foi escrita ou produzida, ou seja, às ideologias que vamos formando por meio do tempo e do espaço, persuadidos por uma ordem de princípios e doutrinas explícitas ou implícitas que são, na maioria das vezes, passageiras, valores momentâneos e convicções.

Desse modo, a natureza transitória dos preceitos literários e sua subordinação a uma estrutura de valor culturalmente específica são extensamente

reconhecidas nos dias atuais, junto com a verdade de que certos grupos sociais foram bruscamente excluídos deles.

Dessa maneira, na esfera das políticas públicas de ensino e suas diretrizes legais, a literatura é compreendida como objeto estético capaz de proporcionar o acesso ao conhecimento e aos métodos mais debatidos da linguagem. Igualmente, as obras literárias são capazes de apresentar as particularidades, ideologias e preocupações da ligação intrínseca das relações temporais e espaciais que representam e, por esse motivo, podem ser analisadas como parte integrante de outras disciplinas, contribuindo com o procedimento didático dos temas que abordam.

Constata-se através dessa argumentação a respeito do conceito de literatura que,

[...] o que torna uma obra literária é o leitor que é, por sua vez, ideologicamente formado, construído ou inventado de acordo com seu contexto situacional, contexto este histórico e constituído também via literatura, numa relação dialética entre autor-obra-leitor. A obra se torna uma instituição ao formar seus próprios leitores, atribuindo a eles uma competência que não possuíam anteriormente. (OLHER, 2008, p. 82)

Assim, diante dessa compreensão de que a literatura é objeto estético e a leitura literária é capaz de promover o acesso ao conhecimento e às competências comunicacionais, compreende-se que a literatura é um direito essencial na vida do ser humano.

1.2 A ideia de Antonio Candido sobre o direito à literatura

Vivemos em um país em que a desigualdade socioeconômica é muito grande. Enquanto famílias vivem em boas condições de vida e seus filhos estudam nas melhores escolas, outras vivem na linha da pobreza, ou abaixo dela, lutando para sobreviver e manter seus filhos nas escolas. Essa não é a realidade apenas do Brasil, mas de vários outros países.

Assim, progressivamente, a população, mais especificamente a brasileira, vem lutando pelo respeito aos seus direitos, aqueles que são garantidos pela Constituição Federal do Brasil. Mas nesta luta pela construção de um país mais justo e igualitário há um direito que é muito importante na vida do ser humano e que acaba passando

despercebido, ou seja, não é muito valorizado, refiro-me ao direito de ter acesso à literatura seja dentro ou fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, observa-se que o cidadão deveria ter direito à literatura dentro e fora do ambiente escolar, porque ela é um componente essencial do discurso como prática social, pois através do acesso às obras literárias o ser humano faz o uso efetivo da linguagem. Além disso, dentro da escola o educador precisa trabalhar com ela por meio de metodologias que identifiquem novas perspectivas de vida aos alunos, para que estes possam ampliar os seus conhecimentos que os auxiliarão na compreensão mais aprofundada do meio social em que eles vivem.

Conseqüentemente, com a garantia desse direito, os indivíduos irão desenvolver uma prática leitora mais espontânea e, dentro da escola, torna-se possível trabalhar sua dimensão cultural e social voltada para a vida dos sujeitos. Assim, a escola pode fortalecer a vivência leitora dos cidadãos por meio das obras literárias e de outros bens culturais, além de subsidiar o debate acerca das políticas públicas, culturais e educativas em disputa na sociedade. Para isso, é necessário valorizar a cultura como uma necessidade para a formação humana dos sujeitos e ter um olhar altamente crítico relacionado ao percurso dos estudos literários, que podem ter sido prejudicados sem a presença da literatura na vida escolar.

Entretanto, apesar de ser considerada por muitos como ficção, a literatura confirma os fatos relacionados ao cotidiano da humanidade dentro de um contexto temporal e espacial, tornando-se, ao mesmo tempo, indicadora de estruturas. Desta forma, os textos literários permitem a concretização de leitura dos princípios protegidos pela sociedade ao almejar uma direção para os verdadeiros valores nacionais, visto que expõem as diferentes transformações políticas e sociais vivenciadas por um povo.

Deste modo, a literatura passa a ser um dos instrumentos de construção teórico-metodológica que interpreta a realidade, assim, tudo o que existe de forma perceptível ou não à literatura ajuda a compreender por meio de sua textualidade, fazendo com que a constituição da vida intelectual e da sociedade pertença a um determinado momento histórico.

Segundo Candido (2006), embora a literatura permita a criação de novos universos, esses são baseados, ou inspirados, na realidade da qual o escritor compartilha. Por esse motivo tem-se a afirmação de que a literatura é vinculada à

realidade, mas dela foge através da estilização de sua linguagem. Desta maneira o referido autor assevera que,

A arte, e, portanto, a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 2006, p.56).

Observa-se que o escritor aponta um elemento indispensável para a utilização de procedimento, que será decisivo para a classificação de uma obra como literária ou não. Esse artifício, abrangente, é a linguagem que estabelece uma nova ordem para as coisas representadas, mantendo uma ligação com a realidade natural.

Desta maneira, percebe-se que a literatura sempre foi uma forma de expressão artística que beneficia a compreensão das realidades sociais no seu cotidiano, o que não elimina seus desígnios estéticos revelados pela habilidade criadora dos autores, na procura do belo demonstrado pelas representações literárias.

Antonio Candido em sua obra “Literatura e Sociedade” destaca alguns momentos fundamentais da conformidade entre acontecimentos sociais e as artes literárias, essa aproximação da posição social do artista com a configuração da obra deixa manifestar-se as influências que refletem a posição social tomada pelo autor. Deste modo, observa-se claramente a relação existente entre autor, obra e o público leitor, introduz-se desta forma a importância social da arte. Pois,

Como se vê, não convém separar a repercussão da obra da sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada no momento em que repercute e atua, porque, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter-humana, e como tal interessa ao sociólogo. Ora, todo processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito. (CANDIDO, 2006, p. 30)

Conforme Candido (2006), “A atuação dos fatores sociais varia conforme a arte considerada e a orientação geral a que obedecem às obras” (p. 31). Entende-se que os fatores sociais externos incidem sobre a composição dos textos literários, ao mesmo tempo em que as transformações são acrescentadas das mais diversas maneiras. “Neste sentido, incorpora-se a um sistema simbólico vigente, utilizando o que já está estabelecido como forma de expressão de determinada sociedade”.

(CANDIDO, 2006, p.32). Logo, esses fatores podem ser chamados de eficácia social da literatura, porque o escritor estabelece esses elementos como essenciais dessa relação, literatura e sociedade. Este parece ser o momento inicial de uma reflexão que o levará à formulação de um conceito de literatura que, ao longo dos anos, tornou-se basilar.

Nessa perspectiva, compreende-se que a literatura é a representação de uma sociedade, sendo capaz de agregar os pensamentos, o mundo social e seus conflitos, assim, todos os cidadãos têm o direito à sua promoção, tendo em vista a sua importância social.

A literatura é um bem cultural de toda a humanidade. Mas, infelizmente, grande parte da população ainda não tem esse direito garantido. Desse modo, para que todos tenham acesso a esse direito é de fundamental importância que as diversas obras literárias ganhem maiores dimensões e cheguem em todos os lugares, principalmente, naqueles lugares de difícil acesso para que sejam parte integrante da vida das pessoas. A literatura é um fator fundamental em toda sociedade, pois através dela buscamos entender melhor a nossa história cultural, além disso, compreende-se que ela evoluiu em épocas e contextos distintos. Candido (2011) cita em seu ensaio “O Direito à Literatura”, que desde a antiguidade a literatura já era abordada de diversas formas, o crítico mostra ainda que “[...] O fato é que cada época e cada cultura fixam os critérios de incompressibilidade, [...]” (p.175). Assim, fica evidente que arte literária sempre esteve presente em todas as civilizações, como uma forma de enriquecer as mais diversas culturas presentes na história da humanidade. Logo, compreende-se que a literatura é um direito humano, porque faz parte da nossa história.

Percebe-se que os direitos dos cidadãos não são apenas os preceitos que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos de acordo com o que delinea a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na concepção de Candido (2011), os direitos humanos também regem o modo como os seres humanos vivem individualmente em sociedade e entre si. Assim, entende-se que as pessoas precisam ter seus direitos sociais e culturais garantidos.

A ideia de Candido (2011) está de acordo com o que preceitua a Constituição Federal do Brasil (1988), ao assegurar em seu artigo 5º que, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...]”. Assim, é evidente que todos temos o direito à literatura independente da classe ou grupo social ao qual

pertencemos, deste modo, independente, do local onde esteja localizada uma instituição de ensino, os alunos têm o direito ao acesso às obras literárias. Esse direito é fundamentado nos incisos IV e IX do mesmo artigo ao dizer que: “IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Para Antonio Candido (2011), o ensino da literatura deve ser desenvolvido com mais eficácia dentro das escolas, por ser um elemento instrucional e educacional, que, implantado nos currículos escolares, torna-se uma ferramenta intelectual e afetiva. Porque todos os valores culturais e sociais defendidos pela sociedade estão inseridos na literatura, independentemente da época ou período em que foram implantados e “[...] que estão ligados à divisão da sociedade em classes, pois inclusive a educação pode ser instrumento para convencer as pessoas de que o que é indispensável para uma camada social não o é para outra”. (CANDIDO, 2011, p. 175)

Assim, para Antonio Candido (2011), a literatura é um bem incompressível do indivíduo, pois o referido autor assevera:

[...] Portanto, é preciso ter critérios seguros para abordar o problema dos bens incompressíveis, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social. Do ponto de vista individual, é importante a consciência de cada um a respeito, sendo indispensável fazer sentir desde a infância que os pobres e desvalidos têm direito aos bens materiais (e que portanto não se trata de exercer caridade), assim como as minorias têm direito à igualdade de tratamento. Do ponto de vista social é preciso haver leis específicas garantindo este modo de ver. (CÂNDIDO, 2011, p. 175).

Logo, compreende-se que a literatura é essencial na nossa existência por ser um bem fundamental na vida das pessoas, porque ela pode trazer grandes resultados para a vida do indivíduo, como uma ferramenta de relação com os direitos humanos buscando transformar uma proposição em um fato real, além de mostrar quais são os critérios para atender os bens incompressíveis, do ponto de vista subjetivo e do ponto de vista igualitário da justiça.

Antonio Candido (2011), não se limita apenas a uma única forma de abordar a literatura, porque para o referido escritor existem várias expressões para se referir a ela, que sempre oferece do ser humano algumas possibilidades de conviver com as dificuldades que são próprias de sua existência.

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação. [...] (CANDIDO, 2004, p.176).

É notório que a literatura está amplamente relacionada às complexidades da própria natureza humana. Nessa perspectiva, Candido (2011), defende que o acesso à literatura deve ser um direito de todos e não apenas das classes sociais mais favorecidas, deste modo, o Estado precisa reduzir efetivamente as desigualdades sociais para que todos possam ter direito a esse bem cultural garantido.

Para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição equitativa dos bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é particularmente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante. (CANDIDO, 2011, p. 189)

O autor destaca que todos os tipos e níveis das obras são produzidas para atender as necessidades fundamentais do indivíduo, ou seja, as nossas necessidades, independente do grupo ou classe social em que estejamos inseridos, pois um dos objetivos das obras literárias é enriquecer o repertório cultural e social do ser humano.

Antonio Candido (2011), em seu livro "*Vários Escritos*", mais especificamente no capítulo "O direito à Literatura", utiliza a literatura como um direito humano que está relacionado às diversas formas que cada indivíduo tem de expressar seu lado artístico literário e para mostrar a grande problemática existente em nossa sociedade, principalmente, relacionada à desigualdade e ao preconceito social. Deste modo, o autor mostra que a literatura é uma necessidade universal por se manifestar por várias produções literárias, além de fazer parte da vida do ser humano, além disso, não importa a qual sociedade ou grupo social o indivíduo pertença, esteja onde estiver, ele terá sempre o direito de usufruí-la. Deste modo, o autor assevera:

As produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo. O que illustrei por meio do provérbio e dos versos de Gonzaga ocorre em todo o campo da literatura e explica por que ela é uma necessidade universal imperiosa, e por que fruí-la é um direito das pessoas de qualquer sociedade, desde o índio que canta as suas proezas de caça ou evoca dançando a lua cheia, até o mais requintado erudito que procura captar com sábias redes os sentidos flutuantes de um poema hermético. (CANDIDO, 2011, p. 182).

Na concepção de Antonio Candido (2011), o direito à literatura se manifesta como uma necessidade universal que precisa ser satisfeita. Este autor considera que essa necessidade constitui um direito cultural do qual o ser humano não pode abrir mão.

Portanto, a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura. A distinção entre cultura popular e cultura erudita não deve servir para justificar e manter a separação iníqua, como se do ponto de vista cultural a sociedade fosse dividida em esferas incomunicáveis, dando lugar a dois tipos incomunicáveis de fruidores. Uma sociedade justa pressupõe o respeito aos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2011, p. 193)

Percebe-se que sempre existiu a luta de classes sociais pela igualdade de direitos e dentre eles está a luta para que todos os cidadãos tenham o livre acesso aos bens culturais e à literatura. Assim, essa configuração socioeconômica da sociedade ocasionou a separação dos grupos sociais e, com isso, a falta de conhecimento entre esses grupos provocou uma divisão de culturas. Devido a essa divisão atual, temos a cultura popular ou manifestações culturais populares e a cultura erudita ou “alta cultura”.

Por estas configurações materiais e históricas, a educação tem sido caracterizada por uma dicotomia entre o saber dos e para os trabalhadores e das classes hegemônicas, ou seja, entre conhecimento específico e conhecimento mais geral, separada pela divisão entre saber teórico e o saber prático, ou melhor, entre quem pensa e quem executa. Conforme afirmam Frigotto, Ciavatta & Ramos

A história nos permite maior clareza sobre a questão, porque vai revelar a ordenação da sociedade em classes que se distinguem pela apropriação da terra, da riqueza que advém da produção social e da distribuição dos saberes. O conhecimento sempre foi reservado a uma elite, aos filósofos, aos sábios, aos religiosos. Na Europa, à medida que vai desaparecendo o aprendizado tradicional da oficina do artesão e o controle do saber pelas

corporações de artes e ofício, ocorre a criação de escolas e sua extensão aos trabalhadores produtivos. Mas os conteúdos vão diferir entre formação dos dirigentes e a instrução do povo, considerada como obra beneficente e baseada no trabalho produtivo (FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS, 2005 p. 31).

A condição desta semelhança tem como embasamento a forma como a sociedade se organiza. Por isso, a forma de “trabalho” é fundamental na análise das relações sociais e, de maneira especial, da educação, da qual não se pode separar, no sentido de apresentar uma visão mais ampliada da realidade.

Mas o acesso à literatura é um direito de todo ser humano, tendo em vista que ela é um bem cultural que faz parte da formação da identidade de cada indivíduo. É por intermédio dela que cada cidadão terá a oportunidade de ampliar sua visão de mundo e obter novos horizontes por meio da troca de experiências com outras pessoas para enriquecer seu repertório cultural.

Apesar da literatura desenvolver o intelecto das pessoas, percebe-se que, em especial no Brasil, existem muitos indivíduos, tanto jovens quanto adultos, que tiveram acesso à vida escolar e que sabem ler e escrever, mas, infelizmente, não leem nenhuma obra literária, como um conto ou um romance, por exemplo. Só que muitas vezes eles não leem, porque não conseguem acessá-la, tendo em vista que, infelizmente, algumas instituições de ensino não têm um acervo bibliográfico disponível para os alunos, além disso, muitos não conseguem comprar um livro literário devido a suas condições financeiras e por serem de famílias de baixa renda. É importante que todos tenham o acesso a essas grandiosas obras, pois o direito à literatura se diferencia dos demais, porque é através dela que as pessoas podem despertar sua imaginação, tendo vista que ela desperta tanto a imaginação do autor para produzir sua obra quanto a do leitor para descobrir o que o escritor quer repassar para a população por meio das entrelinhas de suas obras.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, compreende-se que a literatura é o principal fundamento de compreensão sobre o ser humano e o meio social em que ele vive, que funciona de forma mediadora na relação leitor e escritor, bem como na relação entre as diferentes culturas nacionais e mundiais. “A literatura é, justamente, uma poderosa mediadora entre diferentes culturas, função que hoje em dia, num mundo globalizado pela informação e pelos deslocamentos humanos, é mais do que nunca oportuna.” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 76).

De acordo com a autora, a globalização movimentou o cenário socioeconômico mundial e a literatura deve estar inserida nesse meio globalizado devido à grande integração sociocultural das mais diversas nações. Assim, as obras literárias poderão ser expandidas mundialmente, alcançando um número maior de pessoas com acesso a esse bem cultural.

Perrone-Moisés (2016) nos mostra ainda que a literatura tem sua grande importância na vida das pessoas, pois ela faz parte do nosso cotidiano, porque conforme afirma a referida autora “[...] a literatura serve para rir, para chorar, para viajar, para assombrar, para pensar, para compreender e, sobretudo, para nos encantar com o fato de que a linguagem verbal seja capaz de tudo isso e mais um pouco [...].” (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 82). É através do acesso a esse direito que teremos grandes benefícios, além de aperfeiçoarmos nossos conhecimentos por meio da nossa imaginação para termos uma melhor compreensão em relação ao meio social em que vivemos.

Desta forma, confirma-se que a literatura é um direito de toda a humanidade e ela perpassa por todos os períodos e épocas de nossa história e que cabe ao Estado garantir esse direito, pois, através da literatura é possível conhecer melhor a cultura de nosso povo, além de aperfeiçoar as manifestações e expressões pessoais das mais diversas formas. É através da literatura que desfrutamos dos mais diversos tipos de textos literários que enriquecem os nossos conhecimentos e nos humanizam enquanto cidadãos, pois “A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. (CANDIDO, 2011, p. 182).

1.3 – O papel humanizador da literatura

A literatura é um elemento imprescindível para a formação do indivíduo, tendo em vista que ela faz parte de todas as culturas, independentemente da classe ou grupo social que a pessoa esteja inserida. O ser humano precisa despertar seu intelecto para o mundo da imaginação, mas, para que ele tenha o acesso a esse bem fundamental na vida humana, a sociedade deve eliminar a discriminação para que se possa ter uma vida social mais igualitária no que diz respeito à literatura. Ela tem a função de humanizar, porque diariamente o ser humano é afetado profundamente por ela em diversas realidades e circunstâncias de sua vida.

Segundo Antonio Candido (2011), essa humanização literária deve ser concedida às pessoas, pois ela desenvolve os nossos sentimentos e a visão que temos em relação ao mundo, além de ter a competência de promover a estabilidade do caos existente dentro das pessoas. Fica evidente que a literatura trabalha com os diferentes problemas que afligem o homem em sua complexidade. Antonio Candido (2011) descreve que:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (CANDIDO, 2011, p. 182)

É perceptível que a literatura traduz a realidade social dos povos ao longo do de sua existência, principalmente, através da sua cultura e de outras culturas mundiais, promovendo uma melhor inclusão social, além de aprimorar os nossos conhecimentos para que tenhamos uma compreensão das condutas e das subversões da vida do homem. Percebe-se que essa compreensão dos conflitos enfrentados pelo ser humano é apresentada por alguns autores que buscam mostrar essa natureza humanitária em suas obras para que possamos ter uma sociedade sem preconceito ou discriminação cultural. Nesse sentido, Candido (2011) afirma:

Isso posto, devemos lembrar que além do conhecimento por assim dizer latente, que provém da organização das emoções e da visão do mundo, há na literatura níveis de conhecimento intencional, isto é, planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor. Estes níveis são os que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc. Um poema abolicionista de Castro Alves atua pela eficiência da sua organização formal, pela qualidade do sentimento que exprime, mas também pela natureza da sua posição política e humanitária. Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É aí que se situa a literatura social, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades. (CANDIDO, 2011, p. 182-183).

Dessa maneira, a literatura, no seu âmbito humanizador, trabalha e amplia as sensibilidades das pessoas, fornecendo-lhes a possibilidade de dialogar com as diferentes questões do indivíduo que são projetadas através de suas emoções, para que assim o ser humano compreenda o mundo literário que o cerca, mostrando ainda que a literatura é a representação da sociedade e que esse aspecto não se

manifesta apenas a partir de textos, mas através de diversas outras obras. Deste modo, a literatura propicia ao homem diversas experiências de vida. Assim, o ser humano adquire um conhecimento que não se acaba com o primeiro contato com uma obra, mas um conhecimento permanentemente que abre a mente humana para um processo de criação e recriação de vida constante. E é nesse contexto que mora o seu aspecto humanizador, porque as obras literárias preenchem os espaços de vida do indivíduo, dialogando com sua trajetória e conflitos sociais, além de ser o ponto de referência para expor seus sentimentos e emoções.

Em “A literatura e a formação do homem” (2002), Candido mostra esse papel humanizador da literatura, tendo em vista que ela tem a competência de ratificar a humanização nas pessoas. Para o referido crítico, a humanidade precisa reconhecer a importância e o valor da literatura na vida do ser humano. Para isso ela necessita ser vista como um objeto do conhecimento humano, pois “[...] há um momento crítico que indaga sobre a validade da obra e sua função como síntese e projeção da experiência humana”. (CANDIDO, 2002, p. 82). Além disso, “deve ser entendida como força humanizadora; e não somente como sistema de obras. Como algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem”. (CANDIDO, 2002, p. 82). Deste modo, o ensino da literatura se fundamenta na condição humana por meio da ficção, da fantasia e da fabulação, ele deve ser o fator primordial dos seres humanos, pois a literatura está constantemente presente na vida do indivíduo, tanto de forma individual, quanto no grupo social ao qual a pessoa esteja inserida. Essa necessidade da literatura surge em todas as fases da vida do indivíduo, desde criança até a fase adulta com a finalidade de instruí-lo ao longo de sua existência, e contribuindo de forma significativa para o conhecimento de mundo, por retratar a sua realidade, além de enriquecer o seu vocabulário e torná-lo autônomo em relação aos novos significados.

O processo formativo do homem está sempre associado com a literatura, uma vez que ela permite ao sujeito leitor uma qualificação continuada despertando o seu senso crítico, além de aperfeiçoar o lado ético e estético. Assim, o seu conhecimento relacionado ao fenômeno artístico a partir da leitura ou interpretação de uma arte literária irá despertar no sujeito sua capacidade crítica, além de fazer com que esse indivíduo saiba utilizar de forma mais adequada seus sentimentos e emoções.

Nesse sentido, Edgar Morin (2000), em sua obra *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, nos mostra que a literatura está entre os bens inestimáveis da

formação da humanidade para a aquisição do conhecimento, apontando que é de fundamental importância que sejam trabalhadas no ser humano as dificuldades relacionadas a esse processo formativo para que o indivíduo possa ter uma formação humana absoluta:

Disso decorre que, para a educação do futuro, é necessário promover grande remembramento dos conhecimentos oriundos das ciências naturais, a fim de situar a condição humana no mundo, dos conhecimentos derivados das ciências humanas para colocar em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humanas, bem como integrar (na educação do futuro) a contribuição inestimável das humanidades, não somente a filosofia e a história, mas também a literatura, a poesia, as artes... (MORIN, 2000, p. 48).

Ao descrever essa importância da literatura para uma formação humanizadora, o autor supracitado defende que as artes literárias fazem parte da cultura da humanidade e que precisam ser valorizadas, pois segundo o referido escritor, as obras literárias alimentam a inteligência humana fazendo com que o ser humano encare e resolva as diversas interrogações que surgem a partir do contato com grandes obras literárias, além de estimular as suas reflexões. Deste modo, “podemos buscar na literatura romanesca e no cinema a consciência de que não se deve reduzir o ser à menor parte dele próprio, nem mesmo ao pior fragmento de seu passado” (MORIN 2000, p. 101). Dessa maneira, devemos compreender que a literatura promove uma formação de seres humanos criativos, capazes de interpretar os verdadeiros sentidos dos textos que leem, levando o homem à verdadeira condição humana, através da linguagem presente na literatura, porque “Quando se trata de arte, de música, de literatura, de pensamento, a mundialização cultural não é homogeneizadora” (MORIN, 2000, p. 103).

Todos os seres humanos podem conhecer e descobrir diferentes experiências ao longo de sua história e conhecer distintos contextos literários, históricos e sociais produzidos em diferentes culturas. Assim, é evidente que a literatura constrói o conhecimento humano por meio do diálogo entre suas obras e o homem. Para fundamentar essa afirmação apoiamos-nos em Perrone-Moisés que expõe alguns argumentos que mostram os benefícios da literatura na vida humana, assim, a escritora apresenta que,

O primeiro argumento a favor da literatura é o fato de ela constituir, diferentemente da ciência e da técnica, cada vez mais especializadas, “um desses denominadores comuns da experiência humana”, [...]

O segundo argumento se baseia nos efeitos benéficos do romance no plano da linguagem, porque “uma sociedade sem literatura escrita se exprime com menos precisão, riqueza de nuances e clareza”. “Uma humanidade sem romances, não contaminada pela literatura, muito se pareceria com uma comunidade de tartamudos e afásicos”, [...]. Sem o romance, diz ele, “o espírito crítico, motor de mudanças históricas e o melhor defensor da liberdade de que dispõem os povos, sofreria um empobrecimento irreparável”. A literatura é “sediciosa”, porque “as belas obras de ficção desenvolvem nos leitores uma consciência alerta em face das imperfeições do mundo real”. (PERRONE-MOISÉS, 2016, p. 42).

Para a autora, a literatura traz grandes benefícios para a vida do homem por torná-lo um ser social criativo e atuante dentro da sociedade, tendo em vista que ela transforma a vida do ser humano não ignorando as diferentes culturas mundiais. Dessa maneira, nada pode substituir a arte literária na sociedade, porque é através das obras literárias que as pessoas reconstroem o mundo real onde vivem.

Nesse sentido, segundo Candido (2002), vários países civilizados sempre educam suas populações baseando-se no ensino das letras, ou seja, a formação humana e o ensino da língua materna dependem das obras literárias. “Daí o elo entre formação do homem, humanismo, letras humanas e o estudo da língua e da literatura”. (CANDIDO, 2002, p. 84). Logo, compreende-se que a literatura está intrinsecamente ligada à formação humanizadora da vida humana nos seus diferentes aspectos, bem como às suas consequências sociais, culturais e socioeconômicas, que afetam a população em diferentes níveis da sociedade e áreas da vida.

1.4 – O ensino da literatura na escola

Segundo os PCNs+ do Ensino Médio (2002), o ensino da literatura na educação básica, mais especificamente no Ensino Médio, precisa despertar o conhecimento do aluno, levando-o para um contexto social vivenciado fora do ambiente escolar e das informações que são repassadas no cotidiano da escola. Desse modo, ele pode fazer com que a aquisição do conhecimento se torne mais relevante, pois o aluno precisa despertar para novas realidades.

É pertinente entender que o trabalho realizado, separadamente, com as disciplinas que fazem parte do currículo escolar não proporciona bons resultados e sim uma lacuna no aprendizado do estudante, deste modo, o aluno se sente isolado e incapacitado para aprofundar suas informações. Nesse sentido, segundo Morin

(2000), é preciso uma reforma no pensamento e no ensino, para não haver uma fragmentação no conhecimento, pois, para o escritor, o desenvolvimento do raciocínio complexo está ligado a essa mudança por meio do ensino transdisciplinar, capaz de formar cidadãos planetários, solidários e éticos, aptos a enfrentar os desafios dos tempos atuais. Conseqüentemente, teremos um ensino capaz de romper as fronteiras entre uma disciplina e outra, assim, o aluno terá uma melhor compreensão dos fenômenos sociais e uma aquisição de novos saberes de maneira contextualizada através de todas as disciplinas.

Dessa maneira, o ensino deve estar voltado para as perspectivas do aluno, fazendo com que ele desenvolva competências que o transformem em um ser crítico e participativo dentro da sociedade. Nesse sentido, surgem várias discussões sobre a necessidade de uma articulação da literatura com todas as áreas de conhecimento com a finalidade de alcançar os objetivos propostos nos PCNs+ do Ensino Médio para o estudo da literatura. O referido documento assegura que,

A articulação inter-áreas é uma clara sinalização para o projeto pedagógico da escola. Envolve uma sintonia de tratamentos metodológicos e pressupõe a composição de um aprendizado de conhecimentos disciplinares com o desenvolvimento de competências gerais. Só em parte a integração de metas formativas exige projetos interdisciplinares, nos quais diferentes disciplinas tratam ao mesmo tempo de temas afins, durante períodos determinados e concentrados. Mais importante do que isso é o estabelecimento de metas comuns envolvendo cada uma das disciplinas de todas as áreas, a serviço do desenvolvimento humano dos alunos e também dos professores (BRASIL, 2002, p. 17)

O ensino da literatura trabalhado de forma transdisciplinar representa um grande avanço para a aprendizagem do aluno, visto que é por meio dela que o discente tem acesso à linguagem como ferramenta para comunicação e, principalmente, por fazer parte da nossa língua, a língua portuguesa. Conforme Candido (2006),

De qualquer modo, convém evitar novos dogmatismos, lembrando sempre que a crítica atual, por mais interessada que esteja nos aspectos formais, não pode dispensar nem menosprezar disciplinas independentes como a sociologia da literatura e a história literária sociologicamente orientada, bem como toda a gama de estudos aplicados à investigação de aspectos sociais das obras -frequentemente com finalidade não literária.

[...]

Um primeiro tipo seria formado por trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais. (CANDIDO, 2006, p. 17-16)

Portanto, o ensino da literatura não deve ser trabalhado de forma isolada ou fragmentada, mas de forma interdisciplinar com as demais disciplinas que compõem o currículo escolar. Nesse sentido, de acordo com os PCNs+ do Ensino Médio, o ensino de literatura, nas escolas, está inserido na área de linguagens, e este documento mostra a sua relevância na educação ao afirmar que,

A Literatura, particularmente, além de sua específica constituição estética, é um campo riquíssimo para investigações históricas realizadas pelos estudantes, estimulados e orientados pelo professor, permitindo reencontrar o mundo sob a ótica do escritor de cada época e contexto cultural: Camões ou Machado de Assis; Cervantes ou Borges; Shakespeare ou Allan Poe; Goethe ou Thomas Mann; Dante ou Guareschi; Molière ou Stendhal. Esse exercício com a literatura pode ser acompanhado de outros, com as artes plásticas ou a música, investigando as muitas linguagens de cada período. Alguns alunos poderão pesquisar, em romances ou em pinturas, a história dos esportes, dos transportes, das comunicações, dos recursos energéticos, da medicina, dos hábitos alimentares, dos costumes familiares, das organizações políticas. (BRASIL, 2002, p. 19)

Compreende-se que as obras literárias carregam dentro de si uma riqueza que pode ser utilizada para entender uma sociedade e seus costumes, correlacionando a história com a realidade. Uma das funções dessas obras é transmitir conhecimentos ao leitor. Nota-se que a literatura é a representação da realidade social. E essa representação do real é feita de modo exclusivo, tendo em vista que o real não pode ser representado de modo pleno, mas sim através da linguagem literária. Nesse sentido, nota-se que o ensino da literatura tem um papel importante na vida do ser humano, porque ela pode elaborar a realidade. Deste modo, a arte literária precisa ser estudada e entendida para que o trabalho com os textos literários em sala de aula sirva para o aluno refletir e não para aliená-lo.

Mas é preciso entender que o ensino de literatura não retrata apenas a realidade ou a história, mas também o seu plano simbólico e que ela ajuda a entender tais aspectos. Assim, o texto literário é uma representação simbólica da sociedade, pois está aberto às várias possibilidades de leitura e interpretação por parte do leitor que pode atribuir significados variados de acordo com sua imaginação. Desse modo, o leitor será capaz de compreender todo o contexto da obra.

Segundo Antonio Candido (2006), a literatura possui aspectos da realidade social, tendo em vista que os aspectos históricos, sociais e culturais estão presentes no texto literário, mas é por meio da leitura do texto, que o leitor vai excitar esse

contexto através de sua imaginação que será expressa como elo entre a leitura do texto e o real.

Nesse contexto, segundo Zilberman e Silva (2008), para que se perceba os benefícios da leitura literária é preciso que haja, primeiramente, o reconhecimento da importância do ensino da literatura para o ser humano e que se reconheça, também, seus benefícios para a sociedade, pois é necessário que a escola reconheça o valor da literatura para a vida de seus educandos e que a leitura de textos literários se torne um hábito e não uma obrigação.

Nessa perspectiva, segundo Malard (1985), o melhor caminho para a aprendizagem da literatura ainda é a leitura dos textos literários para que a partir da leitura, os alunos possam realizar uma crítica sobre eles, tendo em vista que, as outras formas como são vistos os conteúdos, como resumos, por exemplo, não substitui a prática leitora, pois é através da leitura que o discente irá enriquecer e aprofundar seus conhecimentos. Esses elementos podem ser proporcionados para o estudante, fazendo com que ele entenda as semelhanças e diferenças entre esses intertextos em cada leitura. Mas é de fundamental importância que o professor seja um leitor para que possa passar para o educando essa afinidade e o interesse pela leitura.

Desse modo, compreende-se que a literatura, além de ser a arte da palavra, é também instrumento de interação e comunicação social, pois ela serve para transmitir a cultura, os conhecimentos e os ensinamentos de determinada sociedade. É evidente que por meio das obras literárias o escritor expõe seu ponto de vista diante de uma determinada realidade, levando o aluno leitor a pensar sobre si e sobre o que o cerca. Assim, a literatura de modo geral coopera, ainda, para aguçar o seu senso crítico, instigando atitudes e opiniões essenciais para o processo de transformação social do indivíduo.

Nesse sentido, ao pensar no texto literário como um subsídio essencial para a prática leitora do aluno, tem-se um menor distanciamento entre leitor e compreensão textual. Pois a literatura sempre tem uma mensagem diferenciada para o leitor, porém, nas mediações escolares de leitura literária muitas vezes se percebe a perda do elo entre o prazer e o conhecimento, uma perda que pode ser percebida tanto nos documentos oficiais que descrevem e prescrevem as orientações do ensino de literatura, quanto na observação do que ocorre nas práticas escolares de leitura literária. Desse modo, a inserção da literatura no contexto mais amplo da leitura

pode indicar a existência de desafios a serem enfrentados quando se trata da recepção de obras literárias nas escolas.

Sobre esse aspecto, Perrone-Moisés discorreu a respeito do colapso pelo que afetou os estudos e o ensino da literatura, pois, para a pesquisadora, é importante destacar o porquê do ensino da literatura nas escolas. Em uma de suas afirmações a autora destaca que:

Os textos literários são aqueles em que a linguagem atinge o seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação [...]. Opera a interação de vários níveis semânticos e resulta numa possibilidade teoricamente infinita de interpretação, porque a literatura é um instrumento de conhecimento do outro e de autoconhecimento, porque a ficção, ao mesmo tempo em que ilumina a realidade, mostra que outras realidades são possíveis. [...] (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 18)

Diante essa afirmação, é possível compreender que não importa a complexidade do texto o importante é que o acesso ao texto literário seja possível dentro do ambiente escolar, sem desprezar a competência do leitor nem delimitar sua condição de uso como uma regra, porque a conexão do aluno com o texto não pode ser normalizada dentro das escolas, bem como as obras clássicas e modernas não podem ser vistas como elitizadas. Pelo contrário, a literatura deve ser vista e ensinada em sua diversidade, como um elemento mediador entre as diferentes culturas. Nesse contexto, o professor deve ter consciência de que seja qual for o método de ensino ou recurso utilizado para transmissão e mediação do ensino, o aluno tem que ser o protagonista do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, o texto literário deve ser visto e contemplado em todos os seus aspectos estilísticos e estéticos para que todos os elementos estruturantes dos textos sejam para a formação ou visão de um todo, de modo que seja possível, também estimular a observação dos fatores internos e externos relacionados aos textos, sejam estes: estruturais, formais discursivos, conteudistas, socioculturais, históricos, psicológicos, entre outros. Dessa maneira, é de fundamental importância que seja valorizada a visão que o aluno tem a respeito do texto, ou seja, embora o professor destaque alguns aspectos relevantes e estruturais a respeito do texto, é a visão interpretativa do aluno que deve ser valorizada. Esses pontos observados pelo professor devem servir como um meio facilitador para a interpretação do aluno.

Nesse sentido, compreende-se que a literatura traz traços marcantes da vida dos povos e de suas tradições, independente da classe social a que o indivíduo

pertença. Desse modo, os aspectos externos e internos do texto literário não se separam, pois, os aspectos sociais devem ser vistos como elementos constituintes e estéticos do texto, embora sejam entendidos a partir de uma análise crítica. Assim, surgem várias discussões sobre o ensino de literatura e o trabalho com o texto literário, mas vale a pena destacar que o professor precisa ter conhecimento dos fatores históricos e socioculturais da época e principalmente das obras que vão ser trabalhadas, porque o texto deve ser sempre o ponto principal da aula e é a partir dele que se deve gerar as discussões, porque “o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica”, ou seja, é a partir do interno que vamos encontrar o externo e não ao contrário (CANDIDO, 2006, p. 16),

Nessa perspectiva, compreende-se que a escola tem a função de mediar a relação do leitor com as obras literárias, mas não na sua superficialidade solicitando que o aluno apenas leia um livro e em seguida realize uma análise trivial da obra. É imprescindível que o docente assuma a responsabilidade de conduzir os discentes a uma análise profunda, fazendo com que eles pensem sobre a obra analisada e sobre os resultados que ela pode, eventualmente, causar neles. Mas, para isso, o professor precisa estar preparado para conduzir as possíveis discussões que possam surgir durante a aula, para que o assunto abordado não perca o seu foco, isto é, o processo de ensino e aprendizado do aluno.

Logo, entende-se que a mediação do professor é de fundamental importância, pois ele precisa estimular no aluno o gosto e o hábito pela leitura. Por esse motivo, é crucial que o docente apresente a obra aos estudantes de maneira lúdica e ousada, para que os discentes se sintam provocados a encontrar mais elementos enriquecedores da obra. Além disso, o educador deve fazer com que sua prática docente proporcione e ofereça aos alunos uma literatura de excelência, sem esperar que o texto literário tenha uma ação imediata sobre o aluno, mas uma ação gradativa, tendo em vista que ele ainda se encontra em processo de desenvolvimento, assim, não é possível antecipar de que forma e quando se dará o retorno deste contato do leitor com o texto.

Dessa maneira, o ensino da leitura literária permite com que o indivíduo encontre sua interação com o texto. Para isso, a escola precisa ser o elo de ligação entre o leitor e o texto, mas deixando que o leitor se identifique com a obra e perceba que sua cultura pode estar ligada ao texto. Assim, é importante que seja proporcionado ao leitor momentos de leitura de textos literários que manifestem

prazer e alegria, pois quanto maior a intimidade do leitor com o texto, maior será a sua disposição para a leitura.

Além disso, vale apenas destacar que o ensino da literatura atualmente transmitido não tem como objetivo esclarecer o mundo e nem difundir valores, mas enriquecer a vida escolar do aluno por meio da aquisição de novos conhecimentos. Vivemos em meio a uma concorrência entre os vários veículos de comunicação e o ensino da literatura, por isso, esse tipo de ensino precisa fazer a diferença como um elemento intenso e incondicional na vida do indivíduo, ele deve ser fascinante aos olhos dos estudantes. Para isso, o professor precisa selecionar textos motivadores e estimulantes, tornando-se o responsável pela aceitação ou não desses textos, ou seja, o professor precisa escolher as leituras que sejam condizentes com a realidade de seus alunos.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio segundo Rocco (1992), o ensino da literatura precisa ser dirigido de forma que se entenda o que os alunos são realmente capazes e que possam associá-lo aos seus aspectos sociais, afetivos e mentais para que consigam determinar quais as finalidades e o nível de aprendizagem que se pretende alcançar. É importante mostrar para o discente que, através de uma boa leitura, podemos descobrir o que está nas entrelinhas do texto literário, assim, ao realizarmos uma leitura estamos desenvolvendo nosso senso crítico. Esses critérios auxiliarão a trabalhar com a literatura, com a finalidade de valorizar o que o texto nos apresenta de novo e estimulante. Desta maneira, segundo Zilberman, a escola deve,

Adotar uma metodologia de ensino de literatura que não se fundamente no endosso submisso da tradição, na repetição mecânica e sem critérios desgastados, mas que deflagre o gosto e o prazer pela leitura de textos, ficcionais ou não, e possibilite o desenvolvimento de um posicionamento crítico perante o lido e perante o mundo que o lido traduz. (ZILBERMAN, 2012, p.80).

Deste modo, compreende-se que dentro do ambiente escolar não deve ser valorizada apenas a bibliografia de alguns autores ou características específicas de um determinado movimento literário sem relacioná-las com a aquisição do conhecimento, à história e à vida em sociedade.

Logo, constata-se que ensinar literatura é um trabalho que nos permite verificar como esse ensino deve ser desenvolvido dentro da escola, mostrando ao

aluno o seu valor e sua importância. A intervenção da escola nesse processo é essencial, porque é no ambiente escolar que são escolhidos os autores e as obras a serem trabalhados e que irão fazer uma construção entre os símbolos pátrios e universais da literatura. Conseqüentemente, todos que forem selecionados pelos critérios pré-estabelecidos pela escola e seu corpo docente deverão ser analisados de acordo com a sua relevância em relação aos preceitos estabelecidos para a sua aplicação em sala de aula. As opiniões e os objetivos traçados pelo professor devem ser claros, tendo em vista que irão nortear sua aplicabilidade em sala de aula, por isso as escolhas das obras precisam corresponder às expectativas dos alunos durante as leituras.

No ensino da literatura o docente precisa ter, como principal finalidade, estabelecer uma relação eficaz do aluno com o texto literário, deste modo é importante que as obras literárias sejam atrativas e incentivem os discentes, já que a experiência de leitura e a visão de mundo dos estudantes ainda são muito limitadas. Seria bastante relevante que os alunos participassem da escolha dos textos a serem trabalhados em sala de aula, para que os discentes já tivessem esse primeiro contato com a obra literária. O incentivo à leitura é essencial, pois o educador precisa proporcionar aos alunos a oportunidade de ler textos e obras significativos do ponto de vista de suas aspirações, assim, ele estará introduzindo uma literatura que seja mais fascinante e compreensiva, que desperte o encanto, sem abstrair de um objetivo benéfico e imediato. Desta maneira, o aluno estará sendo estimulado a explorar sua criatividade a partir das leituras de obras literárias, sendo capaz de reger uma escrita que o represente diante de si mesmo e do mundo.

O ensino da literatura dentro da escola não pode ser comprimido apenas à transferência de ideias morais. Assim, segundo Regina Zilberman, um dos principais objetivos do ensino da literatura é difundir o gosto pela leitura e literatura com a finalidade de superar uma posição de retrocesso cultural, deste modo a autora assevera que,

O exercício dessa função que se mostra ao mesmo tempo cultural, e política é delegada à escola, cuja competência precisa tornar-se mais abrangente, ultrapassando a tarefa usual de transmissão de um saber socialmente reconhecido e herdado do passado. Eis por que se amalgamam os problemas relativos à educação, introdução à leitura, com sua conseqüente valorização, e ensino da literatura, concentrando-se todas na escola, local de formação do público leitor e de estímulo ao consumo dos livros. (ZILBERMAN, 2012, p.16).

Entende-se que ensinar literatura incide em destacar nela subsídios eficazes para o aprendizado de linguagem coletiva e individual. O texto literário apresenta, na sua própria constituição, métodos relacionados à escrita e à leitura, corroborando uma experiência de reflexão na qual o leitor também é agente.

A partir de uma compreensão de ensino da literatura em que o atendimento do texto literário é posto como fator principal, atribui-se aos alunos um movimento eficaz, pois eles não apenas consomem os subsídios que o professor expõe, mas eles próprios produzem textos, escrevem e leem, trabalhando com os conhecimentos que vão adquirindo no decorrer dos procedimentos de leitura.

O ensino da literatura é uma atividade globalizante que se explica por transformar o aluno, pois através deste ensino o discente é capaz de formar novos significados, ocasionando transformações relacionadas aos aspectos sociais e culturais,

Essa relação de vivência pode, em primeiro encontro, atrair mais, porém acaba servindo aos interesses que deveria combater. Ao mesmo tempo, a perspectiva sociológica traz à tona as contradições verificáveis na maneira como a sociedade encara a leitura, a escola e o ensino da literatura. Permite, pois, vislumbrar as vias por onde passa uma política cultural emancipadora, superando os impasses que, às vezes, fazem-na parecer conservadora ou regressiva. (ZILBERMAN, 2012, p. X)

Ensinar literatura depende das atitudes teóricas, pedagógicas e políticas desenvolvidas pelo professor, para que o aluno se sinta como parte integrante desse processo. Desta maneira, um ensino de literatura eficiente e agradável deve ter em vista pontos para revelar o texto literário como uma atividade eficaz, como um saber universal que pode ser alcançado por todos e não apenas por uma minoria. Assim, é possível promover o diálogo dinâmico com a literatura, aflorando as contradições e as contestações que surgem no ato da leitura. Desse modo, ensinar literatura implica ir além de obras avulsas e avaliar a função do discurso e os fatores que o condicionam.

É importante desenvolver o ensino da literatura centralizado nos conhecimentos adquiridos pelo leitor ao realizar uma leitura, para que esta se torne utilitária para o mesmo e que ele perceba e possa colocar em prática a relação que a obra tem com o seu meio social.

2. A IMPORTÂNCIA DE A ESCOLA VALORIZAR O TEXTO LITERÁRIO NA SALA DE AULA

2.1 – Literatura e a formação integral do aluno

A educação é uma das esferas da vida do ser humano para integrá-lo em uma sociedade mais democrática, à qual todos os indivíduos têm direito. No Brasil, as legislações sobre essa temática oscilam ao longo da história entre as tentativas de mitigação das profundas desigualdades sociais relacionadas a educação que assolam o país. Desta forma, o sistema educacional brasileiro é regido por documentos que normatizam o desenvolvimento da educação básica e a sua aplicabilidade dentro das instituições brasileiras de ensino. Conforme a LDB, Art. 2º, "a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". (BRASIL, 1996).

Assim, considerando a aspiração por uma sociedade mais democrática, o objetivo da LDB é que a Educação Básica garanta aos cidadãos as capacidades de lutarem pelo acesso aos seus direitos e que tenham a consciência integral de seus deveres para com os demais membros da sociedade, em particular os mais vulneráveis social e economicamente.

Outro documento que norteia a Educação básica são os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais - que são um conjunto de textos, cada um sobre uma área de ensino, que serve para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Segundo os PCNs (1997), a leitura tem sido objeto de ensino nas escolas e se a escola quer tornar a leitura também um objeto de aprendizagem, ela precisa fazer sentido para o aluno, pois se trata de uma prática social complexa, que deve ter sua natureza e complexidade levadas em conta. Esse documento determina que a língua está em constante processo de evolução e, a partir deste ponto de vista, é um sistema de signos linguísticos, históricos e sociais que permitem ao homem significar o mundo e a realidade.

Nesse processo de ensino e aprendizagem, o aluno é o sujeito da ação e o ensino corresponde à prática educacional responsável por estabelecer a mediação entre ele e a aquisição do conhecimento. Assim, a escola deve "valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e

possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos” (BRASIL, 1997, p. 33). As competências indicadas pelos PCNs devem ser contempladas e desenvolvidas por meio da implementação de atividades orientadas pela Língua Portuguesa, tendo em vista que por meio desta disciplina é possível proporcionar um olhar reflexivo sobre o texto literário, utilizando-o como instrumento de manifestação cultural e social através do qual o indivíduo constrói suas próprias conclusões e se coloca como agente transformador da realidade que o rodeia.

Nesse contexto, no ano de 2018 foi homologada no país a BNCC - Base Nacional Comum Curricular, documento de caráter normativo que tem por finalidade estabelecer uma educação igualitária, que abranja todo o território nacional e levando em consideração a qualidade do ensino e a formação integral do aluno. Este documento que institui as normas da educação tem caráter normativo e estabelece objetivos de aprendizagem definidos por meio de competências e habilidades essenciais para o processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo não aparecendo na BNCC como uma disciplina específica, a literatura está interligada à Língua Portuguesa. A princípio, essa agregação parece conveniente, visto que a literatura, dentre as mais distintas dimensões, é um fenômeno da língua. No entanto, sua ausência, enquanto campo do conhecimento, prejudica consideravelmente a formação integral do aluno. A BNCC tem dez competências gerais relacionadas à educação básica, mas nenhuma delas cita, de forma específica, a palavra literatura, mas ao analisá-las percebe-se que a literatura é contemplada em algumas competências, sobretudo, na terceira das dez Competências Gerais da Educação Básica ao afirmar que a escola precisa “Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural (BRASIL, 2018, p. 09). Logo, compreende-se que o desenvolvimento dessa competência e habilidade, recomendada pela BNCC, tem como foco o “[...] protagonismo do estudante em sua aprendizagem [...]” (BRASIL, 2018, p. 15).

De acordo com a BNCC, a escola precisa utilizar o texto como unidade de trabalho, tornando-o foco principal das práticas de ensino, assim, a atividade realizada com o texto literário, a partir desse método, está de acordo com os pressupostos da BNCC. Deste modo, a abordagem diferenciada dos diversos gêneros textuais desenvolve o conhecimento efetivo do estudante nas diferentes

práticas sociais. Nesse contexto, as aulas de Literatura permitem a abertura aos diferentes tipos de textos, os quais terão uma abordagem diferenciada, visando a participação ativa no processo de leitura e destacando a importância da utilização de diversas linguagens adequadas a cada situação comunicativa.

Desse modo, segundo Candido (2011), a escola é o único lugar onde os alunos terão contato com os mais diversos tipos de textos literários que sobreviveram ao tempo, produzidos por homens e mulheres de todas as épocas. Compreende-se que a escola precisa promover uma educação que assegure ao aluno uma aprendizagem significativa para que ele venha superar as barreiras impostas com relação a sua formação integral, relacionando o trabalho em sala de aula com os textos de sua realidade cotidiana, para que ele tenha o desenvolvimento dos seus conhecimentos científico, filosófico e artístico garantidos.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, compreende-se que a literatura é parte essencial da construção do caráter de um indivíduo, pois através de histórias orais ou escritas é possível ensinar sobre relações intra e interpessoais. Nesse sentido, a BNCC compreende o próprio texto literário como objeto de estudo da literatura, pois a partir dele é possível tensionar as diferentes manifestações da linguagem. Desse modo,

As relações pessoais e institucionais e a participação na vida em sociedade se dão pelas práticas de linguagem. É por meio dessas práticas que os sujeitos (inter)agem no mundo e constroem significados coletivos. As práticas de linguagem permitem a construção de referências e entendimentos comuns para a vida em sociedade e abrem possibilidades de expandir o mundo em que se vive, ampliando os modos de atuação e de relacionar-se. (BRASIL, 2018, p. 86)

Para isso, a escola precisa estabelecer o contato direto do aluno com o patrimônio literário. A instituição de ensino deve orientar a seleção de textos, não por sua facilidade ou sua função, mas pela possibilidade que os textos literários têm de promover a formação de leitores ativos e críticos. Porque, “[...] a seleção tem de desafiar o leitor e desarmar seus desejos de consumo iniciais. O critério da facilidade, quando um fim em si mesmo, gera consumidores, não leitores críticos” (CECHINEL, 2018, p. 15).

Deste modo, percebe-se que a literatura tem a capacidade de dar integridade à nossa personalidade nos ajudando a compreender melhor os acontecimentos sociais, porque a literatura é um direito capaz de ser mediado pelos outros direitos,

por esse motivo, compreende-se que a literatura na educação básica funciona como um processo formativo do sujeito social que acessa, reivindica e luta por ampliação de direitos e que é plenamente consciente de seus deveres.

Nesse sentido, para Candido,

A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório). Analisando-a, podemos distinguir pelo menos três faces: (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 2011, p. 178-179)

O referido escritor apresenta essas três dimensões para definir a complexidade da natureza da literatura que estão articuladas nos termos de um processo, que produz o artístico a partir do fato literário. Pode-se considerar esse processo como humanizador por excelência, uma vez que abre a forma literária às contradições da realidade e essas contradições tornam-se mais evidentes ao darmos oportunidades aos aspectos cotidianos. Desse modo, nota-se que ler obras literárias é mais que apreciar essa essência retórica dos acontecimentos literários, que nos conduz a relacionar os fatos internos com os externos da obra. Assim, juntam-se as duas extremidades relacionadas ao trabalho de construção de sentido. Na primeira extremidade, se encontra o autor e outra que se torna bastante decisiva para a emergência do significado da literatura, é a extremidade onde encontra-se o leitor.

Depreende-se que ler obras literárias é uma atividade funcional para o indivíduo por meio da qual irão surgir alguns questionamentos sobre o mundo que o rodeia, esses questionamentos irão surgir a partir da transmissão de sentido que o leitor organizou a partir da leitura da obra. Deste modo, ler livros literários ou apreciar a literatura é uma atividade em que o leitor poderá fazer uma análise do texto na sua essência, pois é a tentativa de se construir sucessivas interpretações cada vez mais complexas da realidade.

E essa atividade leitora, quando bem coordenada no contexto escolar, envolvendo elementos como embasamento crítico e teórico, consciência da realidade social dos educandos, por exemplo, será capaz de fazer do ambiente escolar o espaço adequado para que o cidadão possa apropriar-se de seu primeiro

direito que está relacionado ao anseio de um processo de ensino-aprendizagem para que o mesmo se torne um cidadão autônomo e livre para suas escolhas, “[...] porque os textos literários podem incluir todos os outros tipos de texto que o aluno deve conhecer, para ser um cidadão apto [...]” (LAJOLO, 2009, p. 18). E dentro do processo educacional, os alunos têm o direito a desvendar o mundo a partir do texto, para que através dessas leituras eles possam realmente construir projetos que deem sentido à vida. Esse direito à descoberta, a partir das leituras literárias, torna-os seres ativos em nossa sociedade. Então, a literatura dentro e fora do contexto educativo faz com que o indivíduo realize interferências críticas sobre a obra e o mundo que o rodeia. As obras literárias nos exigem um novo contrato de atenção com o mundo edificado pelas palavras e uma nova relação com o tempo, a literatura pode nos tirar do caminho da distração cotidiana que é estimulado por tantas ostentações que nos afastam da mesma.

Dessa maneira, compreende-se que a literatura é capaz de adentrar em diferentes universos, possibilitando a formação integral da pessoa, tornando-a livre de preconceitos e comportamentos inadequados, além de evitar que desenvolva uma mentalidade limitada. Assim, o aluno terá a liberdade para trabalhar com a obra literária de forma mais eficaz, logo, ele irá realizar algo prazeroso e produtivo.

Assim, a leitura de textos literários está incorporada no desenvolvimento do ser humano por completo, pois a relação leitor-texto possibilita ao indivíduo um maior conhecimento de si mesmo e do meio social.

2.2 – O texto literário na escola e o papel do professor

Sabe-se da importância da influência mútua dos diferentes níveis de conhecimento que são transmitidos através da leitura dos textos literários, porque ao trabalhar com esses textos, a escola estará permitindo que o aluno realize uma leitura significativa por meio da interação texto-leitor para atribuição de sentido ao texto e de uma abordagem focada para as particularidades da obra literária. Mas, percebe-se que dentro das escolas a maioria dos materiais didáticos utilizados pela maior parte dos professores ainda é o livro didático, em geral, a leitura dos exemplares literários fica reduzida a um conjunto de perguntas e respostas que têm como finalidade a verificação de elementos específicos, sem a preocupação com a reflexão crítica sobre o texto.

Depreende-se que para essas perguntas qualquer resposta do aluno será adequada, mas, infelizmente, as respostas dessas perguntas serão apenas uma cópia do texto, porque o aluno não foi induzido a fazer uma análise mais minuciosa da obra. Essas constatações demonstram que a compreensão de leitura desenvolvida na escola está muito afastada de uma compreensão de reciprocidade. As definições estão apenas no texto e a leitura é assimilada como mera decodificação, em que o domínio do código é praticamente a única capacidade básica necessária.

As atividades de leitura na escola, conduzidas dessa forma, servem apenas para que o professor confirme se o aluno decodifica o texto e não se ele o compreende, ou o interpreta e dialoga com ele. Atividades de cópia não beneficiam o intercâmbio texto-leitor, pois não consideram que o texto precisa do leitor para atribuir-lhe sentidos. Atividades que apenas restauram informações no texto ignoram o prazer que envolve a leitura e a possibilidade de conhecer a diversidade de sentidos presentes na ficção. Desconhecem ainda os subsídios que a literatura pode proporcionar ao ser humano no seu exercício de compreender o mundo e a si mesmo. Desse modo, Cosson assegura que:

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. Uma e outra permitem que se diga o que não sabemos expressar e nos falam de maneira mais precisa o que queremos dizer ao mundo, assim como nos dizem a nós mesmos. É por possuir essa função maior de tornar o mundo compreensível transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas que a literatura tem e precisa manter um lugar especial nas escolas. Muitas vezes, o espaço escolar é, para um grande número de crianças, principalmente aquelas que estudam em escola pública, a única referência com intenção formadora. As leituras (de livros e de mundo), oferecidas pela escola, serão as experiências que poderão ajudá-las a inserir-se na sociedade. (COSSON 2014, p.17)

Percebe-se que, apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, a escola é uma instituição indispensável para difusão da literatura, pois nela encontram-se as bases para a formação do leitor literário. Desse modo, é na sala de aula que o ser humano encontra as ferramentas facilitadoras do processo de formação de leitores competentes. Diante disso, o estabelecimento de ensino, enquanto uma das instituições responsáveis pela formação do aluno leitor e cidadão consciente, precisa ser um espaço favorável ao trabalho com a literatura, na qual os

alunos tenham acesso ao conhecimento e ao lúdico que são proporcionados pelo texto literário. Logo, compreende-se que a literatura é um bem cultural ao qual todo cidadão pode ter acesso e que a escola, enquanto uma instituição formadora de pessoas críticas, precisa defender essa relação entre o ambiente escolar e literatura para que os alunos possam ter acesso aos textos literários em sala de aula. Regina Zilberman escreveu da importância dessa relação, ao afirmar que,

Preservar as relações entre a literatura e a escola, ou o uso do livro em sala de aula, decorre de ambas compartilharem um aspecto em comum: a natureza formativa. De fato, tanto a obra de ficção como a instituição do ensino estão voltadas à formação do indivíduo à qual se dirigem. (ZILBERMAN, 2012, p.25)

A escola nesse processo formativo deve proporcionar um encontro adequado entre o aluno e o livro. A convivência com o texto literário alarga horizontes, pois não se trata, portanto, de oferecer ao leitor obras que expliquem sua condição de marginalidade ou inferioridade social, mas de dar-lhe a oportunidade de influência mútua com o texto, vivenciando particularmente o mundo criado pelas hipóteses levantadas a partir da leitura da obra.

Dessa forma, a leitura adquire um caráter formativo, o que difere de uma função literalmente didática, oferecendo subsídios para a emancipação pessoal, fazendo com que o leitor tenha um maior conhecimento do mundo e do seu próprio ser, por meio da fantasia criada pelo escritor.

Nesse intercâmbio entre o texto literário e o leitor, é essencial a ação do professor, pois ele é o principal responsável pelo ensino da leitura na escola, seja ela literária ou não. Para isso, o docente necessita estar baseado em proposições que o auxiliem a discorrer sobre práticas pedagógicas para o ensino da literatura na escola. E o primeiro passo para que isso aconteça é a conscientização, tanto por parte do aluno, quanto do professor de que a leitura, neste caso especificamente a leitura de textos literários, é uma das formas de aquisição de conhecimento e gostar de ler é um processo que se aprende gradativamente.

Esse processo educativo precisa de metodologias instrutivas que induzam o leitor a entender que há um percurso até chegar ao objetivo da leitura, e que o encanto pela leitura é construído na medida em que o aluno vai progredindo, superando as dificuldades e se constituindo como sujeito, relacionando as situações sociais com as de pensamento. Os alunos precisam ter contato com textos literários

em sala de aula, mas isso não pode ser feito de forma ocasional e dissociada de um objetivo. É imprescindível esquematizar estratégias que sirvam para estimular o interesse dos alunos pela leitura, permitindo-lhes superar as barreiras enfrentadas, porque

[...] se o gosto se aprende, pode ser ensinado. A aprendizagem comporta uma face não-espontânea e pressupõe intervenção intencional e construtiva. Assim, o professor tem um importante papel a desempenhar no desenvolvimento de seus alunos/leitores”. (MAGNANI, 1989, p.104)

Assim, compreende-se que o gosto pela leitura se adquire durante o processo educacional e o docente tem papel indispensável neste processo. Pois, além de planejar o trabalho com o texto literário em sala de aula, o professor precisa ter familiaridade com as obras literárias obtidas a partir do gosto pela leitura, tendo em vista que ele será o principal mediador entre leitor e obra. Esta familiaridade fará com que o educador tenha prazer em ler para seus alunos, além de explicar as obras que está lendo, desta forma, estará apresentando para eles tudo que a literatura pode nos proporcionar.

Nesse sentido, segundo Colomer e Camps (2002), é de suma importância que a escola valorize a utilização do texto literário para desenvolver no aluno a capacidade de se envolver e desfrutar os conhecimentos desse tipo de texto despertando seus sentimentos e emoções através da utilização de uma linguagem artística. As autoras afirmam que é necessário que a escola possa garantir momentos de leitura livre e individual, mas, principalmente, estudos coletivos e mediados pelo professor, porque “a compreensão leitora é o resultado de uma atividade complexa na qual o leitor deve realizar muitas operações e recorrer a muitos tipos de conhecimentos” (COLOMER e CAMPS, 2002, p. 57). Tais atividades podem proporcionar a oportunidade de instigar a imaginação dos alunos, por meio de debates que levariam ao compartilhamento de opiniões e informações. Nesse contexto, nota-se que o aluno precisa ser motivado a construir seu próprio conhecimento de forma significativa.

Para Colomer, a escola precisa recuperar a admiração dos alunos pela leitura literária, para isso, precisa propor uma ligação entre a leitura individual e a coletiva, “comparar a leitura individual com a realizada pelos outros é o instrumento por excelência para construir o itinerário entre a recepção individual e a valorização

social” (COLOMER, 2007, p. 144). Se durante o processo educativo a escola valorizar apenas a leitura individual sem uma intenção sociocomunicativa, continua-se a impor uma condição de aprendizagem, ao invés de proporcioná-la. Deste modo, para a realização de uma leitura eficaz de textos literários, que revelem formas abstratas de pensar, a escola precisa fortalecer seu ensino literário fazendo com que os alunos se vejam “como colaboradores na busca do significado e na observação de como se construíram esses efeitos.” (COLOMER, 2007, p. 145).

Segundo a autora, ao realizar a leitura literária na escola a partir de leituras colaborativas, torna-se possível formar “comunidades interpretativas” que empreendem um sentimento de pertencimento do leitor a uma comunidade cultural, tendo em vista que, “se o acesso à leitura implica em fazer entrar em jogo a avaliação pessoal, a necessidade de formação interpretativa lembra que a ressonância de um texto literário no leitor se produz sempre no interior de uma coletividade.” (COLOMER, 2007, p. 146). Nesse sentido, interligam-se as interpretações a favor de uma compreensão coletiva do texto literário, porque a leitura literária, principalmente, no espaço escolar, só fará sentido quando compartilhada com outros leitores.

Colomer assegura que uma maneira eficiente de propor atividades de leitura literária na escola seria inseri-las em projetos, denominado por ela como “*projetos de língua*”, porque para a referida autora,

Os projetos de língua definem-se como uma proposta de produção (oral ou escrita) com uma intenção comunicativa concreta; por isso, respondem a parâmetros explícitos da situação discursiva e contêm objetivos específicos de aprendizagem. A condensação verbalizada de o que e para quem se vai ler e escrever, assim como o que se vai aprender com isso, constitui uma série de critérios compartilhados, que se pode usar para produzir e avaliar os textos dos alunos. (COLOMER, 2007, p. 119)

Deste modo, compreende-se que as leituras de textos literários inseridos em um projeto de ensino de língua precisam priorizar o caráter social da linguagem, proporcionando condições de leitura e escrita em que as sugestões de atividades exigirão do leitor antecipações, deduções, compreensão da temática e das composições do texto, acontecendo de maneira dialógica e responsiva, assim, as atividades não irão se restringir apenas a perguntas com respostas já esquematizadas.

Desta forma, compreende-se que o texto literário não pode ficar fora da escola, e o professor precisa compreender a leitura como prática inerente à sala de aula. Nessa perspectiva, o texto literário pode ser uma conexão para a inspiração ao prazer da leitura e, assim, o aluno estará enriquecendo seu vocabulário e aperfeiçoando sua escrita.

2.3 – O trabalho com leitura literária na sala de aula

A escola é o ambiente natural em que os alunos se consagram no mundo das línguas faladas e escritas, é o espaço onde os estudantes precisam ter contato com diferentes textos de gêneros variados. A leitura literária, nessa perspectiva, é uma concepção social imprescindível. Uma competência em constante construção, uma porta de entrada para novos mundos. É, pois, um caminho para a verdadeira inclusão na sociedade e o texto literário é um dos principais aliados nessa conquista.

Desta maneira, a leitura na escola deve ser encarada como uma atividade de produção de significado construída, especificamente, a partir de um texto escrito impresso. A leitura pressupõe aquisição da informação de forma eficaz pelo leitor “que não é mero receptor de uma mensagem acabada, mas, ao contrário, interfere na construção dos sentidos, preenchendo os vazios textuais” (AGUIAR, 2013, p. 153), sobretudo, nos textos literários.

A leitura de textos literários na sala de aula serve de base para que o aluno possa refletir a relação do texto consigo mesmo, com os outros e com a sociedade. É nessa relação que o ser humano se forma, integra-se como sujeito social e estabelece suas relações culturais com o mundo. Nesse sentido, Lajolo assevera que,

A leitura de literatura permite ao sujeito a interação com outros e o torna participante do sentimento de mundo; permite o encontro do escritor com o leitor, ela dá existência ao que sem ela não se teria conhecimento, ela cria e também aponta para o provisório da criação (LAJOLO, 2006, p. 103).

Nessa perspectiva, entende-se que através da leitura literária o sujeito relaciona-se com o meio em que vive, colaborando para que ele se considere um sujeito crítico e participativo dentro do meio social que o cerca.

Desta forma, percebe-se a importância que a escola tem de desenvolver a autonomia leitora do aluno, propondo o fortalecimento das práticas de leitura dos estudantes, para que esse trabalho com os textos literários em sala de aula renove e amplie o repertório do discente enquanto leitor e que seja capaz de refinar seu grau de compreensão e seu nível de exigência. A importância do trabalho com o texto literário na sala de aula é enfatizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, pois,

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário (BRASIL, 1998, p. 36-37).

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que “[...] os estudos modernos de literatura se voltam mais para a estrutura do que para a função [...]”, (CANDIDO 2002, p. 803), ou seja, em sala de aula muitos professores se preocupam mais em ensinar seus alunos a analisarem a estrutura das obras deixando de lado a compreensão da principal função das obras literárias: a de transmitir conhecimentos, sensibilizar, humanizar, além de moldar a personalidade do ser humano. Nesse sentido, é necessário proporcionar aos alunos atividades enriquecedoras para que possam aperfeiçoar suas experiências de leitura fora da sala de aula, para que as estas sejam satisfatórias, que as leituras literárias se tornem um prazer.

Nesse sentido, a leitura dos textos literários não pode estar ligada apenas ao texto considerado padrão, às imposições institucionais, mas englobar textos que estimulem interesses afetivos nos alunos, uma vez que a leitura feita de modo compulsório não produz efeitos satisfatórios. A sala de aula precisa ser um espaço de criação de condições para que alunos e professores possam, através das obras literárias, apropriar-se da língua e dos saberes culturais. Nesse processo de ensino e aprendizagem, é necessário atribuir um caráter dialético entre a história, a realidade e a simbologia que a acompanha. Assim, Figueiredo assevera que,

Situar o texto literário com propósitos histórico-literários, acompanhar a sua evolução em termos de modos e gêneros por meio de instrumentos explicativos que obriga a uma leitura aberta do texto literário, é relacionar a memória literária com o autor, os modos e os gêneros literários. Aqui reside

a concepção de texto literário como entidade eminentemente cultural, onde a leitura joga com a diversidade da literatura através dos tempos, dos espaços, das culturas. (FIGUEIREDO, 2005, p. 99).

Assim, ao associar o texto literário com o contexto histórico, a partir de uma leitura aberta, torna-se possível o trabalho de semelhança entre a memória literária do aluno e os textos e autores ofertados pela escola.

Nesse sentido, compreende-se que um dos propósitos da escola é estimular os alunos a lerem obras literárias diversificadas, mostrando que os textos literários devem e podem ser lidos durante todo o processo educacional para que os estudantes tenham contato com textos de notório valor literário. Desta forma, é possível desenvolver o processo de formação de leitores na sala de aula, mas o professor deve, sempre, valorizar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos. Assim, Cosson assevera que,

A diversidade é fundamental quando se compreende que o leitor não nasce feito ou que o simples fato de saber ler não transforma o indivíduo em leitor maduro. Ao contrário, crescemos como leitores quando somos desafiados por leituras progressivamente mais complexas. Portanto, é papel do professor partir daquilo que o aluno já conhece para aquilo que ele desconhece, a fim de se proporcionar o crescimento do leitor por meio da ampliação de seus horizontes de leitura. (COSSON, 2014, p. 35)

Nessa perspectiva, percebe-se que o principal objetivo do professor ao trabalhar com o texto literário é apresentar aos alunos uma proposta didática para o trabalho com o texto selecionado, visando à formação do leitor e o desenvolvimento da produção escrita, destacando a importância do texto literário na sala de aula, com base em conhecimentos efetivamente vivenciados pelos alunos.

Percebe-se que leitura literária, em sala de aula, não pode ser uma atividade aleatória e rotineira e nem a escrita deve ser apenas uma imposição escolar, sem essência e sem função. É importante destacar que a leitura em sala de aula deve ser feita em voz alta pelo professor e compreendida como uma prática docente constante. E a escrita não se separa da leitura em sala de aula, tendo em vista que os signos gráficos devem estar conectados a um propósito comunicativo.

Nesse sentido, compreende-se que a leitura deve ser vista como uma atividade de produção de sentido e a escrita como produção textual que leva à interação social. Assim, Cosson assegura que,

A prática da literatura, seja pela leitura, seja pela escritura, consiste exatamente em uma exploração das potencialidades da linguagem, da palavra e da escrita, que não tem paralelo em outra atividade humana. Por essa exploração, o dizer mundo (re)construído pela força da palavra, que é a literatura, revela-se e como uma prática fundamental pra constituição de um sujeito da escrita. Em outras palavras, é no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um modo próprio de se fazer dono da linguagem que, sendo minha, também é de todos. (COSSON, 2014, p. 16).

Logo, compreende-se que o ensino da leitura literária abrange o exercício de identificação das especificidades e das qualidades compositivas que gradua um tipo específico de escrita: o belo ou o estético. Compete, assim, à escola formar leitores qualificados a distinguir as sutilezas, as especificidades, os significados, a difusão e as perspicácias das composições literárias.

Nesse sentido, para Cosson

[...] a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. (CANDIDO, 2011, p. 177)

Desta forma, a literatura tem o papel fundamental na vida do ser humano, pois torna o mundo mais compreensível, convertendo sua materialidade em formas exclusivamente humanas, assim, temos palavras brilhantes, aromáticas, saborosas, ásperas, ou seja, os órgãos dos sentidos estão presentes nos textos literários. Esse panorama da literatura na escola fomenta metodologias em sala de aula, direcionadas para a leitura literária com os alunos de maneira a acrescentar competências mais significativas para as atividades comunicativas, interativas e de encanto, que compreendam a oralidade, interpretação, leitura, escrita e investigação.

Assim, segundo Figueiredo (2005), ao trabalhar com o texto literário em sala de aula, o professor estará ensinando a literatura, porém esse ensino não deve ser apenas uma difusão de conhecimentos enciclopédicos sobre autores e obras em um determinado período ou época, mas uma mediação de conhecimentos fazendo com que os alunos sejam capazes de relacionar acontecimentos, manusear documentos e doutrinas, transformando-os em cidadãos culturalmente competentes. Portanto, a partir do momento em que o aluno se torna capaz de argumentar um texto literário,

pode-se dizer que ele está utilizando seu próprio conhecimento e pensamento para realizar sua leitura.

Desta maneira, ao promover a leitura literária na escola, estaremos auxiliando a modificação do próprio aluno, pois conforme delinea Brito,

Promover literatura, promover leitura enquanto ação política significa que estamos interessados não em promover a leitura em si, mas sim em promover um conjunto de valores e comportamentos humanos dignos, necessários para a própria condição humana, e que estão, de alguma maneira muito importante, expressos e fundamentados na experiência artística. (BRITO 2003, p.112).

Seguindo essa linha de raciocínio, constata-se que, se o aluno não tem o contato com a leitura fora da escola, compete a esta lhe proporcionar o hábito de leitura de maneira satisfatória, assim, o trabalho que se almeja com a literatura se apresenta como uma necessidade no processo educativo dos discentes. Nessa perspectiva, Magnani (1989, p.1) enfatiza que “a literatura é fundamental na vida do ser humano e, por isso, o objetivo de uma escola que se queira ‘revolucionária’ é formar leitores da ‘boa’ leitura.” Compreende-se que o aperfeiçoamento da leitura literária em sala de aula permite ainda que o aluno possa entender melhor outras áreas do conhecimento.

Deste modo, o diálogo e a familiaridade com a leitura de textos literários apreciados coletivamente favorecem ao aluno o acesso à variante padrão da língua e à compreensão de sua procedência social que afeta os valores que ele construiu. Nesse sentido, Zilberman destaca a importância do trabalho com a literatura na escola como forma de modificar a prática pedagógica. A autora ressalta que,

Sua presença no âmbito do ensino provoca transformações radicais que, por isto mesmo, lhe são imprescindíveis. Além disso, ela é a condição de o ensino tornar-se mais satisfatório para seu principal interessado – a criança ou o jovem, isto é o aluno de modo geral. Enfim, ela revela a possibilidade de ruptura com os laços ideológicos que convertem a escola em sala de espera de engrenagem burguesa. (ZILBERMAN, 1985, p. 22).

Diante disso, através da literatura, o aluno será capaz de assimilar que todo o indivíduo tem sua história, suas qualidades e que estes são elementos primordiais para a constituição de sua própria personalidade. Se ele for capaz identificar a importância da leitura para a sua vida terá interesse em se capacitar e saber mais, e, em consequência disso, irá ler mais para aperfeiçoar seus conhecimentos. Deste

modo, compreende-se que “A aprendizagem da leitura é fundamental, portanto, para a integração do indivíduo no seu contexto socioeconômico e cultural. O ato de ler abre novas perspectivas à criança, permitindo-lhe posicionar-se criticamente diante da realidade”. (ZILBERMAN, 1985, p. 24). Desta maneira, entende-se que a leitura literária enriquece o conhecimento e a criticidade do aluno. Isso ocorre porque ele conversa com situações presentes no texto que o instigam a refletir sobre indagações que permeiam o meio social.

Nesse sentido, a literatura possibilita ao leitor a comunicação com a reformulação de uma vivência sócio-histórica, através de acontecimentos vividos pelos protagonistas, os quais podem ser transferidos para outros períodos e comparados às existências de outras pessoas. A leitura de contos, por exemplo, proporciona ao leitor a percepção de uma verdade que pode conduzi-lo à assimilação do “jogo de interesses” presentes na sociedade em todas as épocas. Deste modo, a leitura literária não é simplesmente divertimento, ela é conhecimento, talento, técnica ela é arte, e para Britto:

A arte é a contemplação da vida. Neste sentido, ela se opõe ao entretenimento. Porque o entretenimento supõe o esquecimento, o apagamento, a evasão, a negação da própria condição humana. O entretenimento me faz esquecer que eu morro. A arte me faz lembrar da própria morte. (BRITTO, 2003, p. 111).

Para o escritor, a literatura tem uma interpretação singular que apresenta as experiências já vivenciadas pelo indivíduo. Assim, a obra literária, ao expor muitas informações ao leitor, faz com que ele participe efetivamente da criação de tais informações, incentivando-o a reestruturar sua opinião sobre a realidade sólida. Dessa forma, o leitor se reorganiza, se espelha, se identifica, através da linguagem por meio do universo representativo que as palavras criam.

Quando o ensino de leitura na escola é avaliado, compreende-se que permanece muito obsoleto, porque a leitura não é expandida de modo a assegurar a formação e a compreensão leitora dos alunos, de forma a conduzi-los à constituição de significados para cada texto lido. Quando a leitura não fornece significados e sentidos para o aluno, ela também não “produz” leitores.

A história do ensino de literatura se coloca frente aos princípios de leitura como uma decifração da escrita, nem sempre tendo o texto literário seu espaço na sala de aula. E quando o tem, comumente é empregado como argumentos para

atividades escolares. Assim, segundo Silva (1988), na escola a junção entre o texto e o leitor, deveria ser uma conexão específica do aluno com a leitura, onde o aluno

[...] é invadido pela instituição. É ela, concretizada na pessoa do professor, no manual didático, nos programas e objetivos do ensino, nos mecanismos de controle do aluno, é ela que vai administrá-lo, transformando-o de um encontro sempre pessoal e sempre inédito, [...], num “encontro marcado”, burocratizado e público, porque previamente encomendado. (SILVA, 1988, p. 15).

Nesse sentido, para o autor existem muitos obstáculos por parte da escola com relação à leitura que são causados pela forma como as atividades com o texto são conduzidas. Pois, quando o texto literário serve apenas para o preenchimento de fichas de leitura, exercícios pouco importantes quanto ao significado produzido pelo leitor, ou ainda quando se lê para seguir um tutorial instrutivo ou um roteiro, o texto está adequando-se apenas à escola. Desse modo, Silva afirma que “Sobre um texto fala mais a instituição do que o próprio texto e o seu leitor. E o texto se perde então na condição de pretexto: pretexto para coisas da instituição.” (SILVA, 1988, p. 16).

Nessa perspectiva, o escritor mostra a necessidade de uma modificação na escola, expondo que o professor não deixa de ser uma vítima de suas próprias ações, porque “a falta de condições de trabalho tem levado os professores brasileiros ao mundo da alienação, quando não do próprio desespero no que se refere às responsabilidades de um magistério de qualidade.” (SILVA, 1988, p. 17).

Mas ao utilizar o texto literário em sala de aula como justificativa para atividades ou avaliações, sem vivenciá-lo com os alunos, o professor está copiando um hábito convencional escolar e estabelecendo algo sem sentido a seus alunos. Assim, se a escola não entender que os sujeitos leitores têm sentimentos e afetividade, corrobora com a separação entre trabalho lógico e satisfatório da coletividade. Para Zilberman,

[...] se o nosso papel é educar, não podemos esquecer que o homem não é apenas um ser racional. Na sala de aula, atualmente, a emoção e a afetividade não entram nas listas de conteúdo. [...] A conversa, o bom humor, a risada e a descontração são tomados como ‘matação de aula’ [...] muitas vezes por nós professores, já que somos também a expressão da divisão do trabalho, da separação entre prazer e produção, típicos da sociedade capitalista em que vivemos. [...] Ao conseguir rir com os alunos a graça de um texto, pude perceber o quanto era solitário, empobrecedor e

frustrante esconder-me no autoritarismo, fugir do lúdico, viver a indiferença e o medo. (ZILBERMAN, 1985, p. 48-49).

Nesse sentido, compreende-se que a leitura literária precisa ser democratizada, pois segundo Zilberman (1985), a escola pública conhece muito pouco a literatura, não conduzindo seus alunos a ampliarem o gosto por esta leitura. Desde sua concepção, a escola favoreceu as preferências da classe dominante, que admite a capacidade que a leitura pode conter e, por isso, evita permitir que ela seja verdadeiramente trabalhada na escola. Outro motivo atenuante é que o livro mais lido em sala de aula permanece sendo o livro didático. Isso ocorre, por um lado, devido à falta de conhecimento e capacitação dos professores para que possam efetivar um trabalho mais intenso com a leitura de obras literárias durante suas aulas. Por outro lado, e talvez seja o ponto mais decisivo, está a deficiência de livros literários e o desprestígio das bibliotecas.

Nota-se que o espaço e a importância da biblioteca não são priorizados na escola, muitas vezes não atendendo às necessidades de professores e alunos. Uma escola cuja biblioteca não fascina seus estudantes, é uma escola sem grandes oportunidades de proporcionar êxito à leitura literária. Assim, a leitura “numa escola que não tem livros e que não tem tempo para ela, está confinada a uma existência extracurricular, extraclasse.” (SILVA, 1988, p. 23).

Constata-se que o trabalho com a leitura literária na escola precisa ir muito além do anseio dos alunos, não podendo o discente ficar convencido a um determinado tipo de leitura, portanto, Magnani garante que,

[...] aos estímulos padronizados da indústria cultural na vida de nossos alunos, [...] moldando e imobilizando o gosto do leitor tendendo a torná-lo consumidor da trivialidade literária, cultural, histórica e política, que enche os bolsos de alguns, mas esvazia os direitos de muitos a construir e participar da cultura e do conhecimento. (MAGNANI, 1989, p.42).

Nesse sentido, para Magnani (1989) a leitura literária desenvolvida na escola precisa envolver os fatores sócio-históricos, tendo em vista que estes não podem ser trabalhados dentro da sala de aula isoladamente. Torna-se imprescindível desestruturar a oposição entre prazer e saber, considerando a semelhança entre a leitura, a literatura e a escola. Porque ainda é no ambiente escolar que a maioria dos estudantes tem contato com a literatura. Consequentemente, o trabalho a ser aperfeiçoado deve analisar o contexto social, histórico e cultural dos alunos a fim de

se direcionar uma maneira de facilitar o diálogo dos estudantes com uma grande diversidade de textos, para que seu anseio também possa ser aperfeiçoado, superando as barreiras já conhecidas por eles.

Dessa maneira, a contribuição da leitura literária na sala de aula para a formação de leitores passa pela efetivação de práticas pedagógicas de leitura que tenham o letramento literário como eixo norteador. Nessa perspectiva,

Devemos compreender que o letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar a literatura, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma. (COSSON, 2014, p. 23).

Logo, a escola tem função essencial na consolidação do letramento, já que a simples prática de leitura de textos literários não consegue, sozinha, efetivar o processo de letramento literário.

3. O LETRAMENTO LITERÁRIO COMO EIXO NORTEADOR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE LEITURA

3.1 – Definindo letramento

A palavra letramento é vista como nova na Língua Portuguesa, por esse motivo tem provocado muitas discussões com relação a sua aplicabilidade. É uma palavra de origem inglesa “literacy”, que significa: condição de ser culto, ou seja, é a condição que a pessoa tem de usar a leitura e a escrita como meios de adquirir novos conhecimentos e enriquecer seu repertório cultural como forma de se aperfeiçoar individual e socialmente.

Nessa perspectiva, segundo Magda Soares (2004), o letramento surgiu devido à necessidade de se caracterizar e denominar condutas e práticas sociais no âmbito da leitura e da escrita que excedesse o domínio do sistema alfabético e ortográfico. Que logo foram ganhando destaque e relevância à medida que a vida social e as atividades profissionais tornaram-se cada vez mais centralizadas e subordinadas à língua escrita, apresentando desta forma a deficiência de apenas alfabetizar o aluno.

Assim, compreende-se que o letramento não aborda exclusivamente as habilidades de ler e escrever, mas a apropriação da escrita e das práticas sociais que estão a ela associadas. Desse modo, Soares (2003) distingue os métodos de letramento e alfabetização com a finalidade de não haver equívoco entre os termos, principalmente para que o emprego do termo letramento não chegue a eliminar as particularidades do processo de alfabetização.

Embora correndo o risco de uma excessiva simplificação, pode-se dizer que a inserção no mundo da escrita se dá por meio da aquisição de uma tecnologia – a isso se chama alfabetização, e por meio do desenvolvimento de competências (habilidades, conhecimentos, atitudes) de uso efetivo dessa tecnologia em práticas sociais que envolvem a língua escrita – a isso se chama letramento. (SOARES, 2003, p. 90)

Dessa maneira, o letramento se evidencia como uma premissa que uma pessoa ou um grupo social conquista ao desenvolver a escrita socialmente. Desse modo, é considerado alfabetizado e letrado o indivíduo que sabe ler e escrever, e que, faz uso constante e de forma adequada desses componentes, mobilizando uma competência de leitor/escritor qualificado, que consegue empregar nas práticas de leitura e escritas métodos e técnicas que ampliem capacidades para tal desempenho e aprimoramento.

Nota-se que o letramento é uma continuidade da alfabetização, porque ocorre quando o aluno alfabetizado consegue estabelecer conexões, construções expressivas e intercâmbios com o ambiente em que vive. O discente não se utiliza somente de habilidades técnicas de leitura e escrita, mas as usa teoricamente, usando o intelecto e informações já adquiridas previamente, sendo capaz de descobrir outros tipos de conhecimento.

Conforme afirma a escritora supracitada, “letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais” (SOARES, 2004, p. 72). Esse conceito fundamenta a leitura e a escrita, tendo em vista que esses dois elementos se completam formando um “conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo continuum” (SOARES, 2004 p. 48-49).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Kleiman (1995) ressalta que o conceito de letramento começou a ser utilizado em uma tentativa de desassociar os

estudos sobre os conflitos sociais da escrita dos estudos sobre alfabetização. A pesquisadora corrobora ainda que os estudos sobre essa temática no Brasil estão em uma fase ao mesmo tempo principiante e bastante acentuada. Para a referida escritora, o letramento se destaca como um método discursivo de um determinado grupo social, que está conexo à função da escrita para tornar expressiva essa interatividade oral, mas que não abrange, essencialmente, as atividades exclusivas de ler ou de escrever. Assim, Kleiman assevera que:

O fenômeno do letramento, então, extrapola o mundo da escrita tal qual ele é concebido pelas instituições que se encarregam de introduzir formalmente os sujeitos no mundo da escrita. Pode-se afirmar que a escola, a mais importante das agências de letramento, preocupa-se não com o letramento, prática social, mas com apenas um tipo de letramento, a alfabetização, o processo de aquisição de códigos (alfabético, numérico), processo geralmente concebido em termos de uma competência individual necessária para o sucesso e promoção na escola. Já outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua como lugar de trabalho, mostram orientações de letramento muito diferentes. (KLEIMAN, 1995, p.20)

A autora é categórica ao afirmar que os métodos de utilização da escrita na escola se apoiam em um padrão de letramento fragmentado, incompleto e equivocado. É a compreensão deste termo independente que presume que há uma única forma de o letramento ser desenvolvido. Nesse formato, a escrita seria um produto pronto em si mesmo, que não permaneceria aprisionado ao contexto de sua criação para ser compreendida. A escritora destaca ainda que todas as práticas de letramento são características não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder presentes em uma sociedade. Assim, compreende-se que as práticas letradas são produtos da cultura, da história e dos discursos.

Vale a pena destacar que “há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto social e cultural” (SOARES, 2004, p. 48). Logo, percebe-se que se têm múltiplos tipos e graus de letramento. Os tipos apresentam a ideia de multiletramentos, que são as interpretações perante várias situações e espaços, em um cenário atuante diante de cada situação. Depreende-se que o letramento faz parte da vida do indivíduo, assim pode-se ter o letramento familiar, o letramento religioso, o letramento digital, o letramento literário, entre outros.

Se o indivíduo está em contato com o texto literário, por exemplo, ele começa a ter uma relação com esse tipo de experiência e agrega conhecimentos

específicos. Também há a chance de ser um indivíduo atuante e crítico através da prática leitora, relacionando as obras ao seu cotidiano, gerando inclusive novas informações a partir da experiência e consciência, neste caso ocorre o letramento literário.

Seguindo essa mesma linha e raciocínio, Cosson faz uma ressalva a essa realidade:

Em uma sociedade essencialmente letrada como a nossa, mesmo um analfabeto tem participação, ainda que de algum modo precário, em algum processo de letramento. Do mesmo modo, um indivíduo pode ter um grau sofisticado de letramento em uma área e possuir um conhecimento superficial em outra, dependendo de suas necessidades pessoais e do que a sociedade lhe oferece ou demanda. (COSSON, 2014, p. 11-12)

Assim, os diversos letramentos se mostram, ou se modificam por intermédio da pluralidade cultural, social, política e do tempo histórico. Desta forma, suas práticas são estabelecidas pelo uso da leitura e da escrita, em concordância com o contexto em que são produzidas.

3.2 – O letramento literário

Os estudos sobre o letramento abrangem o domínio das habilidades de leitura e de escrita, nas suas variadas formas, na sociedade, como necessárias para uma participação efetivamente competente nas práticas sociais e profissionais da vida moderna. O processo de letramento literário tem sido objeto de pesquisas recentes e relevantes no panorama acadêmico brasileiro, focando discussões sobre o lugar que a literatura tem ocupado na escola, além dos desafios que os professores enfrentam para trabalhar com o texto literário de modo a formar leitores competentes. As discussões se relacionam, também, à necessidade de se garantir no espaço da sala de aula, práticas desse processo que possibilitem aos alunos compreenderem a realidade e agir efetivamente sobre ela. No entanto, é comum, no espaço escolar, a literatura ser utilizada com fins exclusivamente pedagógicos, situação que vem sendo questionada por vários estudiosos que destacam a dimensão lúdica e prazerosa desse tipo de texto.

O letramento literário se sobressai na área da formação do leitor por meio da literatura e de seus clássicos. Porque ele tem determinadas compreensões conceituais. Uma delas é no propósito de alfabetizar através de textos literários, para

que o aluno tenha contato com a literatura e seus principais clássicos para o seu desenvolvimento na vida escolar. Outra é o sentido de educar integralmente, para que consiga utilizá-la de forma crítica e torná-la parte do cotidiano de leitura e existência. Fazer com que ela seja parte indispensável ao desenvolvimento escolar, significa reforçar os resultados dela na vida do educando, sendo capaz de perceber emoções e atitudes através do seu protagonismo, podendo vivenciar outras realidades, instigar a criatividade e imaginação, além de se comunicar através das palavras.

Nesse sentido, entende-se que o letramento literário constitui o plural dos letramentos, sendo que tem um aspecto específico, pelo seu próprio modo de escrita literária. Como assegura Cosson (2014, p.12), “O processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também, e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio”. Por esse motivo, destaca-se a sua relevância na escola, como também, em qualquer outro processo, seja este favorecido pelo ambiente escolar ou pelo meio social.

Nota-se que o letramento literário se distingue dos outros letramentos, porque a literatura ocupa um espaço excêntrico com relação à linguagem, possibilitando a ela “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas” (COSSON, 2014, p. 17). Em consequência disso os textos literários proporcionam de forma excepcional a inclusão do indivíduo no mundo da escrita, que “é um dos mais poderosos instrumentos de libertação das limitações físicas do ser humano” (COSSON, 2014, p. 16).

Assim, compreende-se que a literatura é capaz de estimular o indivíduo para que ele possa almejar desejos, sonhos, projetos e expressar o mundo através de suas convicções. “Este fato acontece porque a literatura é uma prática a ser concretizada. É mais que uma informação a ser reformulada, [...]. É por isso que interiorizamos com mais intensidade as verdades dadas pela poesia e pela ficção”. (COSSON, 2006, p.17).

Nesse sentido, consegue-se entender que o letramento literário não se refere apenas às habilidades de leituras destinadas aos textos literários, porque requer do leitor uma modernização permanente com relação ao mundo literário. Não se dedica exclusivamente à prática de consultar livros literários, mas sim, de proporcionar o

conhecimento, dando sentido ao universo que o rodeia por meio de palavras que elucidam outras palavras, excedendo as limitações de tempo e espaço.

Esse tipo de letramento ainda pode ser entendido por meio de sua natureza ficcional, porque o mesmo pode ser representado de diversas formas, pois através de suas particularidades o ser humano é capaz de identificar as características que distinguem os textos literários dos não literários. A partir desse entendimento, é possível entender que o letramento literário procede da capacidade ou habilidade de ler e compreender gêneros literários, de maneira agradável por meio da distinção e da importância estética. Cosson (2014) ressalta que o principal objetivo do letramento literário nas práticas escolares é formar “um leitor capaz de se inserir em uma comunidade, manipular seus instrumentos culturais e construir com eles um sentido para si e para o mundo em que vive” (2014, p. 106). Essa formação leitora desenvolve no aluno a sua independência e a sua compreensão em relação ao mundo. Assim, o conhecimento literário oferece à pessoa a possibilidade de entender melhor a vida, por meio do aprendizado adquirido como processos formativos na linguagem, além de fazer da formação do escritor e do leitor dentro do ambiente escolar.

Desse modo, para Cosson (2014), o letramento literário na escola se diferencia da simples leitura literária, pois, nesse processo, o foco não está somente na aquisição de habilidades de leitura de textos literários, mas no aprendizado da compreensão e da resignificação desses textos, por meio da relação leitor-texto. O mesmo afirma que:

O letramento literário feito na escola se distingue com clareza da leitura literária que fazemos independentemente dela. Quando interpretamos uma obra, ou seja, quando terminamos a leitura de um livro e nos sentimos tocados pela verdade do mundo que ela nos revela, podemos conversar sobre isso com um amigo, dizer no trabalho como aquele livro nos afetou e até aconselhar a leitura dele a um colega ou guardar o mundo feito de palavras em nossa memória. (COSSON, 2014, p. 65).

Nessa perspectiva, não basta apenas o aluno ser um simples leitor, pois a leitura por si só, pouco contribui para a formação de um leitor crítico. A leitura literária, numa proposta de letramento, tem a função de ajudar o discente a ler melhor para si mesmo, para os outros e para o mundo, através dessa relação.

Nesse sentido, o letramento literário pode ser compreendido como uma estratégia metodológica no direcionamento, fortalecimento e ampliação da educação

literária oferecida aos alunos a fim de torná-los leitores competentes, dentro e fora do contexto escolar, capazes de fazer o uso social da literatura.

Dessa maneira, compreende-se que o letramento literário tem como finalidade escolarizar a literatura, ou seja, trazê-la para o interior da escola de maneira que esta não deixe de fora o verdadeiro sentido, que é socializar o ser humano, e, não aceitá-la, simplesmente, como uma disciplina, sem contexto e sem argumentação. Assim, ele pode ser visto como forma de assegurar o domínio e a utilização de textos literários no ambiente escolar com a intenção de formar um maior número de leitores.

Desse modo, ele tem o papel de propagar a literatura mostrando sua grande importância para a formação escolar do discente. Entende-se que o aluno desde criança, em seu círculo familiar e seus outros ambientes pode ser incentivado à leitura, mas é na escola que a leitura alcança também seu caráter social.

Nessa perspectiva, o letramento literário se produz pela literatura, tornando-se um objeto social que precisa de dois sujeitos, um escritor e um leitor. Dessa maneira, depreende-se que tudo que está nos livros pode ser considerado literatura. Porém, depende do sentido atribuído por cada um e da situação em que o texto é debatido. Nota-se que a literatura manifesta as dificuldades do homem sob diferentes variações. Nesse sentido para Cosson,

O segredo maior da literatura é justamente o envolvimento único que ela nos proporciona em um mundo feito de palavras. O conhecimento de como esse mundo é articulado, como ele age sobre nós, não eliminará seu poder, antes o fortalecerá porque estará apoiado no conhecimento que ilumina e não na escuridão da ignorância. (COSSON, 2014, p. 29).

Dessa maneira, pode-se garantir que a literatura é fundamental no desenvolvimento do conhecimento da pessoa, pois através dela o ser humano entra em contato com outros povos, outras ideias e interpretações. As informações são acrescentadas a cada livro lido, pois expressa ambientes e realidades distintas da que o leitor sustenta. Ela apresenta essa brilhante experiência a quem tem a oportunidade de estar em contato com textos literários, e é função da escola expandir esse aprendizado literário aos alunos.

É preciso entender o letramento literário como um processo indireto de aprendizagem, porque o professor deve exercer o papel de mediador promovendo uma relação entre o sujeito e o objeto, quando estiver abordando a leitura, para

que essa relação também aconteça entre o leitor e o texto. A leitura da literatura é um hábito que necessita de aprendizagens. Para tanto, é imprescindível a participação de mediadores que aproximem o texto do leitor, com o objetivo de formar leitores aptos a ler, a compreender e a interpretar os textos literários. Dessa maneira, ao mediar essa atividade, o docente se transforma em um motivador do conhecimento, e precisa ter plena convicção de que a formação de leitores se dá pela prática e pluralidade de textos e experiências.

Cosson (2006) apresenta técnicas para trabalhar o letramento literário na escola, visando à leitura como um elemento principal desse processo. O autor defende que “no ambiente escolar, a literatura é um lócus de conhecimento e, para que funcione como tal, convém ser explorada de maneira adequada. A escola precisa ensinar o aluno a fazer essa exploração.” (2006, p. 26 - 27).

Nesse contexto, segundo Cosson (2006), a proposta de realizar esse trabalho em sala de aula, acontece em uma subdivisão básica. Obtendo como primeiro elemento a “motivação”, que tem como função instruir o discente para penetrar no texto. No ambiente escolar, essa instrução exige que o docente a coordene de maneira a beneficiar o procedimento de leitura como um todo. O segundo elemento é a “introdução”, que tem como intenção a exposição do autor e da obra, esse acontecimento se encarrega pela aceitação do aluno pela obra de forma construtiva.

O terceiro fato é a “leitura”, e como atividade escolar, necessita de orientação, porque tem um caminho e uma finalidade a atingir. O docente nessa fase, ainda dispõe de uma função essencial, pois precisa conduzir e acompanhar o processo dessa atividade de seus alunos, com o objetivo de assessorá-los em suas dificuldades, incluindo o desempenho da leitura. Quando o texto manipulado for muito grande, é aconselhável que a leitura seja feita fora da sala de aula podendo ser realizada em espaços alternativos dentro da própria escola como em bibliotecas, por exemplo, também poderá ser proposta para ser realizada em casa pelo aluno por um determinado tempo. É importante que, ao finalizar cada leitura, o docente proporcione uma socialização ou uma discussão, para expor os resultados das leituras realizadas pelos alunos.

Podemos chamar esses três eventos ou passos da leitura como ciclos, que irão determinar os métodos do letramento literário. Por último, temos a “interpretação” que conquista seu espaço nessa proposta de leitura. Nesse

contexto, é necessário refletir essa compreensão em dois momentos, o primeiro acontece de forma individual, que é a oportunidade que o discente tem para decifrar com mais detalhes os elementos da obra literária, neste momento ele irá ler item por item, página por página, capítulo por capítulo do livro até atingir o entendimento integral da obra, que será realizado após da conclusão da leitura. Já o segundo momento acontece por meio da construção de sentido dos leitores como objetivo maior do letramento literário na escola.

Nessa perspectiva, Cosson (2006), em uma de suas obras intitulada *Letramento literário: educação para vida. Vida e Educação*, apresenta métodos que visam a ampliar o letramento literário na unidade escolar. Tendo a leitura como principal objetivo desse tipo de letramento, o autor salienta que essa atividade realizada pelo estudante precisa ser discutida, questionada e analisada de forma significativa com a finalidade de formar cidadãos críticos e participativos e não apenas decodificadores de palavras.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que o letramento caracteriza as práticas sociais da escrita que abrange a capacidade, os conhecimentos, os procedimentos de interação e as conexões de poder relacionadas ao uso da escrita em contextos e meios estabelecidos. Portanto, essas práticas estão determinadas pelas condições efetivas de uso da escrita, conforme suas finalidades, e se modificam à medida que essas conjunturas se transformam. Dessa maneira, envolve um conjunto de normas comuns que utilizam a escrita ficcional enquanto sistema simbólico em contextos específicos. A promoção desse tipo de letramento na escola tem a finalidade de proporcionar o exercício da leitura literária sem a deserção do prazer e, ao mesmo tempo, com o compromisso necessário para o desenvolvimento do conhecimento.

3.3 - O letramento literário numa perspectiva educacional

É notório que a leitura é essencial no cotidiano das pessoas, tendo em vista que tudo que representa o indivíduo no meio social advém do mundo da escrita. Deste modo, entende-se que os signos gráficos permeiam a vivência humana das mais diversas formas, logo o termo letramento surge para caracterizar os usos que se realiza da escrita no meio social. Desse modo, o letramento representa bem mais que a prática de ler e escrever. Ele é também os conhecimentos que difundimos

pela grafia das palavras, bem como pelo modo que a escrita é utilizada para que o ser humano possa se manifestar e dialogar com os outros, além disso, visa esclarecer ainda a maneira como ela é empregada para descrever e dar forma ao universo, tudo isso com uma variedade bem representativa.

Nessa perspectiva, de letramento relacionado à leitura e à escrita surge o letramento literário como fio condutor deste procedimento dentro do ambiente escolar, levando em consideração que por meio desse processo o estudante faz os usos sociais da escrita. Logo, esse método tem uma relação distinta com os signos gráficos e, conseqüentemente, é um tipo de letramento ímpar. Dessa maneira, a literatura desempenha uma função única em relação ao discurso, em outras palavras, ela tem a capacidade de tornar o mundo mais compreensível transformando a sua realidade em caracteres relacionados às atitudes dos seres humanos. Deste modo, o letramento realizado com textos literários possibilita de modo singular a inserção do indivíduo no mundo letrado. Por fim, necessita da escola para se materializar, isto é, ele designa um método educativo exclusivo que a pura prática de leitura de obras literárias não é capaz de se concretizar sozinha.

Percebe-se, que dentro do ambiente escolar, precisa-se trabalhar com o letramento literário, em especial, no processo de ensino e aprendizagem para conseguir levar os alunos a conquistarem e a desenvolverem novos caminhos no seu processo educacional. Esse processo visa a formar leitores críticos, capazes de compreender parte do mundo da literatura que os rodeiam, portanto, não basta apenas ler trechos de textos, sinopses de obras, resenhas, entre outros, é preciso introduzir o discente em um mundo letrado.

O letramento literário proporciona ao professor uma possibilidade de procedimento metodológico no encaminhamento e desenvolvimento do ensino de literatura ofertado aos estudantes, além de conscientizá-lo da importância desse processo para a formação dos alunos, mas é preciso ter ciência de que a literatura é uma ferramenta significativa e imprescindível para educar e que a leitura é o alicerce, o princípio e o fim dessa ação.

No contexto da sala de aula,

[...] “os gêneros literários têm exercido, muitas vezes, o papel de pretexto para ensinar aspectos gramaticais da língua. Outro engano reside no fato de associar a leitura literária ao prazer. Ninguém nasce gostando ou não de ler o que pode provocar estes sentidos é a prática e o exercício” (COSSON, 2006, p. 29).

Nessa perspectiva é necessário aguçar nos estudantes a habilidade de leitura, uns irão gostar, outros irão entender que é preciso, e, portanto, logo com a essa atividade se efetuarão. Transformar o processo de ensino e aprendizagem de literatura em uma prática significativa precisa ser prioridade dentro das escolas, porém, é necessário ter consciência do valor e função social desta. Sob a perspectiva do letramento literário a literatura é vista de maneira mais ampla, ou seja, engloba todos os fatores sociais, sejam eles internos, sejam eles externos à obra, sempre buscando mostrar para o leitor o que está nas entrelinhas do texto. Desse modo, compreende-se que esse processo deve ser desenvolvido e aperfeiçoado de forma significativa durante toda a vida escolar, principalmente, na educação básica, iniciando tal processo na educação infantil e estendendo-se até o ensino médio.

Dentro desse processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do letramento, o professor é o principal mediador entre o leitor e o livro no contexto da sala de aula. Tendo em vista que primeiramente o docente precisa selecionar as obras literárias que irá trabalhar em classe para expô-las aos alunos e, em seguida, elas devem ser lidas e trabalhadas visando ao letramento literário dos estudantes. Para a obtenção desse conhecimento do leitor principiante, necessita-se de um mediador, por esse motivo a presença do docente é essencial. Deste modo, é de fundamental importância que a escola potencialize a formação literária dos discentes por meio da leitura e de metodologias de ensino, tendo o professor como mediador do conhecimento, que conduz o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, compreende-se que a escolarização da literatura infantil e juvenil de forma inadequada irá contribuir para uma formação iniciante de forma ineficiente dos leitores em idade escolar. Segundo Magda Soares (2006), esse processo escolar é imprescindível, porque é do cerne da escola que surge o favorecimento da aprendizagem, a instrução do saber e as práticas culturais, mas que é possível fazer uma escolarização adequada:

Distinguimos entre uma escolarização adequada e uma escolarização inadequada da literatura: adequada seria aquela escolarização que conduzisse eficazmente às práticas de leitura literária que ocorrem no contexto social e às atitudes e valores próprios do ideal do leitor que se quer formar; inadequada é aquela escolarização que deturpa, falsifica, distorce a literatura, afastando, e não aproximando, o aluno das práticas de leitura literária, desenvolvendo nele resistência ou aversão ao livro e ao ler. (SOARES 2006, p. 47)

Compreende-se que a literatura necessita que esse processo seja desenvolvido adequadamente, mas não de forma descaracterizada nem rejeitando sua função social, pois a adequada escolarização da literatura colabora para a formação dos discentes em uma perspectiva de aquisição de novos conhecimentos.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se a função da leitura literária na vida do indivíduo, pois a literatura é capaz de provocar no ser humano a compreensão e a investigação da vida. Ela se coloca, nessa conjuntura, como uma importante contribuição para apropriação do mundo, quando se analisa as mais distintas possibilidades de significados da realidade e de desenvolvimento do conhecimento subjetivo. Por esse motivo, compreende-se ser necessário tornar permanente o letramento na educação infantil, evidenciando a leitura literária.

Nessa direção, para planejar a formação da criança leitora desde sua primeira infância, é necessário que ela seja vista e considerada como sujeito criativo dentro do seu processo de formação. O ensino infantil deve ser visto como um processo histórico e as instituições educacionais como espaços de atividade de ensino e de aprendizagem, mas é de fundamental importância que as crianças tenham um tempo de adaptação e de experiências pelo acesso aos instrumentos da escrita. Percebe-se, dessa forma, que a mediação literária, através de um trabalho docente planejado e sistemático, norteia a evolução das crianças numa inclusão ativa e crítica de apropriação da cultura escrita.

Na perspectiva de letramento o convívio com o literário é essencial. A literatura infantil exerce várias funções no primeiro contato das crianças com as letras, também, contribui significativamente com as possibilidades de leitura das múltiplas linguagens que se pode estimular para que a criança tenha uma boa relação com o livro, como afirma Soares:

[...] o próprio conhecimento do objeto livro, a familiaridade com ele, o saber que objeto é esse, a possibilidade de manipulá-lo. Essa é uma das questões que dificulta a produção para a Educação Infantil, pois o livro deve ter algumas características materiais adequadas à criança [...]. (SOARES, 2009, p. 8)

Portanto, o trabalho com a literatura infantil tem o objetivo de formar novos leitores integrantes da sociedade letrada. Sugerindo conhecimentos e diferentes linguagens que revelem as linguagens artísticas que são fundamentais nessa etapa de seu desenvolvimento, porque “A literatura não apenas tem palavras em sua

constituição material, como também a escrita é seu veículo predominante. Isso ocorre porque a literatura é plena de saberes sobre o homem e o mundo.” (COSSON, 2014, p. 16).

Desse modo, pode-se garantir que o contato da criança com o livro, com os contos de fada, conto maravilhoso, com o poema ou com a poesia, com seus subsídios formais e estéticos, permite que se desempenhe uma das funções da literatura, a sua função humanizadora. Desta maneira, nota-se para que ela exerça seu papel humanizador, para isso, precisamos deixar desde cedo, que a interação com o texto literário se realize. Ou seja, se o propósito é que o sujeito leitor desenvolva a sua inserção na sociedade é necessário que as condições para isso sejam oferecidas o quanto antes. Por esse motivo, o trabalho pretendido e organizado precisa acontecer na educação infantil, porque a literatura infantil é um fenômeno de criatividade que retrata o universo, o ser humano e a existência através da palavra, unido a ficção e a realidade, o fantástico e o real, as convicções e sua possível concretização.

Assim, a literatura infantil é fundamental para as crianças entrarem em contato com o mundo da leitura, por meio da imaginação e da fantasia, oportunizando o desenvolvimento da aprendizagem através dos momentos de revelações. A leitura é para a criança uma socialização dos conhecimentos adquiridos. Para que essa socialização de experiências aconteça é importante que o professor proporcione momentos de rodas de conversas e brincadeiras para que elas consigam participar desses momentos e apresentar seus conhecimentos, sensações, afetos e descobertas. Além disso, é interessante que o docente faça a escolha da história que irá apresentar ou ler para seus alunos, observando a realidade da turma bem como seus interesses e expor de maneira divertida. É evidente que os momentos de recontos das histórias são de grande importância, porque motiva as crianças a manifestarem suas opiniões e trocas de ideias sobre o que foi lido ou apresentado pelo educador, podendo ainda contar a história oralmente.

Desta forma, percebe-se que o desenvolvimento de letramento literário na educação infantil exige um planejamento de ações que envolvam os diversos espaços do ambiente escolar, para proporcionar um espaço acolhedor com todos os envolvidos na linguagem literária. Fortalece-se, assim, o repertório cultural dos participantes, mediante práticas de partilha de leitura e de significados culturais, bem

como, coloca-se em evidência o diálogo e a aquisição de conhecimentos provenientes de várias experiências. Nesse sentido, destaca-se a relevância do trabalho educativo e coletivo, cujo objetivo é proporcionar a apropriação de subsídios necessários para o processo formativo dos sujeitos. Desse modo, ao ingressar no ensino fundamental, o aluno ou a criança já terá uma base desse letramento mais solidificada.

É notório que no ensino fundamental prevalecem as interpretações transferidas dos livros didáticos, fichas de leitura, resumos e debates em sala de aula, cuja finalidade é sempre repetir a narrativa ou o poema lido. Poucas são as ocasiões de leitura de um texto completo. Observando essas situações percebe-se a decadência do ensino de literatura nos espaços educacionais.

É importante destacar que o trabalho de leitura que é desenvolvido nas aulas de língua portuguesa nas escolas, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do ensino fundamental, não corresponde a um método que objetive o desenvolvimento de leitores capacitados que atingiram as capacidades e aptidões indispensáveis à formação do aluno. Portanto, é interessante que, nas atividades de leitura literária, o estudante faça questionamentos, levante hipóteses, conforme as interpretações realizadas, conte sobre o que leu e não trabalhe apenas com um questionário de perguntas e respostas pré-estabelecidas.

Desse modo, é imprescindível que o docente planeje suas aulas de leituras literárias dando importância à dimensão de conhecimento que são trabalhados com os diversos textos que o rodeiam socialmente e que fazem parte da sua realidade. É relevante que se valorize os diversos gêneros textuais, não se restringindo apenas a um determinado tipo de texto com o propósito de uma leitura que incide exclusivamente no ato de decifrar as letras da palavra escrita. Ao fazer o uso dessa diversidade de textos os alunos terão a chance de viajar por diferentes horizontes, além de conhecer a importância de cada gênero textual e suas diferentes funções na sociedade.

Logo, compreende-se que para termos bons leitores, é essencial que os estudantes envolvidos na atividade possam esclarecer os métodos que empregam para atribuir sentido aos textos e que por iniciativa própria sejam aptos a escolher obras que satisfaçam às suas necessidades e que assimilem o que leem e que compreendam que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto e que sejam capazes de fundamentar e enriquecer a sua leitura.

Assim, da mesma forma que o ser humano nasce, passa pela infância e adolescência até chegar à idade adulta, a criança apresenta ciclos ou graus de evolução na construção do pensamento em relação à língua escrita e à leitura. Desse modo, o docente que trabalha com aluno nessa fase deve identificar como acontecem esses graus de evolução e como pode fazer a intervenção para que o aluno progrida significativamente.

Dessa maneira, depreende-se que, o letramento literário é um processo contínuo na vida escolar do aluno, em que vários agentes podem auxiliá-lo para que ele vivencie o texto literário. Logo, entende-se que a leitura deste tipo de texto deve ser cultivada e reconhecida como parte da vida, garantindo seu caráter estético, possibilitando as combinações propostas e recuperando os objetivos culturais em sentido mais amplo para o seu ato de ler.

Nessa perspectiva, compreende-se que a escola deve criar as condições necessárias para que se estabeleça uma efetiva comunicação do leitor com o texto estimulando seu imaginário de forma que interfira produtivamente no texto. Assim, a premissa do trabalho com a literatura na escola é o conhecimento literário previamente adquirido pelo leitor, que pode tê-lo auxiliado a determinar algumas prioridades e a começar a construção do seu cenário de expectativas. A função do docente é de provocar situações literárias que favoreçam o questionamento desse horizonte.

Compreende-se que é preciso fazer uma análise reflexiva sobre a importância da literatura no ensino fundamental, porque enquanto a função da literatura não for compreendida, têm-se poucos avanços com relação ao letramento literário nas escolas e a formação de leitores capacitados e crítico que vislumbrem a leitura do texto literário, não como uma coisa entediante, mas como uma prática benéfica e prazerosa.

Já na última etapa da educação básica, no ensino médio, o ensino da literatura se restringe à literatura brasileira, isto é, a história dela, de maneira despojada, pois trabalha apenas a classificação literária em uma sucessão dicotômica entre estilos de época, padrões, escolas literárias, dados bibliográficos dos autores, cercados de traços hipotéticos sobre os gêneros. Os textos literários são apresentados em fragmentos para confirmar as particularidades dos períodos literários.

Dessa maneira, entende-se que no ensino médio o letramento literário é um procedimento essencial para o fortalecimento do aluno enquanto leitor literário ativo. A prática literária nessa etapa da educação básica oportuniza a expansão de novas perspectivas do pensamento e a ampliação dos sentimentos. Essa comunicação é concretizada na escola com o ensino da literatura e das outras artes, o qual é direito do aluno, como assegura a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/96.

Nesse sentido, o letramento literário na etapa final da educação básica pode ser um mecanismo para aperfeiçoar o desenvolvimento da sensibilidade do aluno, oferecendo-lhe uma boa familiaridade com a compreensão da leitura, cujo principal aspecto é o desenvolvimento da autonomia para a ampliação do senso crítico do discente, tornando-o mais tolerante perante a sociedade a qual está inserido.

Nota-se a necessidade, nesse nível de ensino, de um maior aperfeiçoamento da estruturação de determinados significados específicos da teoria e da crítica literária, o que possivelmente vai requerer do estudante um repertório mais amplo de leituras e a compreensão da composição estética da obra literária. A ausência de conceitos teóricos e a necessidade de práticas de leituras literárias são precedentes que colaboram para que o aluno enxergue a literatura como algo enigmático e de difícil compreensão.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, segundo Cosson (2014), a literatura precisa ser ensinada dentro das instituições de ensino, com o comprometimento de conhecimento que todo aprendizado requer, garantindo uma leitura eficaz dos textos de forma coordenada, sistemática e de acordo com os propósitos para formar o leitor eficiente e atraente entendendo que a literatura tem uma função expressiva a efetivar no contexto do trabalho pedagógico da escola.

Porém, o corpo docente e a equipe pedagógica da escola precisam ter consciência de que a questão da leitura literária dentro da sala de aula não deve permanecer apenas na tese do estímulo, ou da leitura inicial, isto é, superficial. Constata-se que no cotidiano das escolas apenas o professor de língua portuguesa tem a incumbência de formar leitores competentes. Portanto, se o aluno alcança essa capacidade sozinho, à medida que as obras passam pelas suas mãos, muito mais cedo a efetuará se o docente fortalecer seu trabalho sustentado em pesquisas efetuadas na área.

Seguindo essa concepção, Candido (1976, p.74) diz que “A literatura é, pois, um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive

na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a”. Então, reconhece-se que o cuidado não deva ser simplesmente para que o estudante sujeite-se a um determinado teste ou avaliação e, sim, no que a literatura será capaz de lhe promover de melhor para que esse sujeito consiga refletir sobre a realidade que o rodeia e que seja capaz de enxergar as coisas de maneira consciente, compreenda ao tema sobre o qual o autor redigiu em uma obra literária, e, que possa extrair suas próprias conclusões e intervir para o benefício da condição humana e social dos indivíduos de uma sociedade.

Nesse sentido, essa é uma ação que tem como propósito e desfecho o letramento literário, cujo principal objetivo é que o aluno leia a obra individualmente e que compartilhe suas compreensões e visões do mundo entre as pessoas no tempo e espaço, com sua turma, com a comunidade escolar e extraescolar, e que seja capaz de conquistar e gostar do discurso literário.

Com relação a esse assunto, Cosson (2006, p. 47) afirma que “a prática do letramento literário compreende três tipos de aprendizagem: a aprendizagem da literatura; a aprendizagem sobre a literatura e; a aprendizagem por meio da literatura”. Nota-se, que o foco do trabalho docente e as práticas metodológicas empregadas no ensino de literatura no ensino médio deve manter uma relação comunicativa com os objetivos relacionados ao letramento literário em sala de aula. Porque ao analisar os procedimentos de ensino da leitura literária nesse nível de ensino, percebe-se a necessidade de se valorizar o papel social da literatura com seu valor emblemático e caráter humanizador no âmbito social. Deste modo, ela deve ser vista “como um meio de educação da sensibilidade; como meio de atingir um conhecimento tão importante quanto o científico” (PCNs (2000, p. 52), logo, constata-se que através do ensino da literatura o aluno precisa ter plena autonomia para trabalhar e desenvolver sua criatividade, seu cognitivo, a compreensão, interpretação e conclusão, dentre outros aspectos ligados ao seu crescimento pessoal, social e profissional.

Dessa maneira, observa-se que a literatura é detentora de uma linguagem própria e é necessário levar em consideração que a heterogeneidade do discurso literário é ampla e, assim, a língua é vista de forma bem extensiva. Assim, o seu ensino fornece este aporte excepcional ao trabalho do professor e à formação do aluno. Vista dessa forma no ensino médio, a literatura consegue ser uma grande agenciadora da maturidade sensível do aluno.

Dessa forma, cabe ao docente direcionar o estudante para entender a função estética da literatura, bem como o papel social desta expressão artística. Uma vez que, não conseguindo uma conexão direta entre o texto literário e o seu cotidiano, o aluno não compreende a literatura como uma oportunidade de construção de mundos capazes de dialogar com a realidade. Assim, é imprescindível que a escola discuta o papel social dela como uma capacidade de interpretar o mundo, colaborando para a formação de leitores questionadores, capazes de associar a leitura do mundo à leitura realizada em sala de aula.

Segundo as Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), deve-se trabalhar a literatura nessa etapa de ensino com a finalidade de estabelecer o letramento literário. A leitura será bem mais atraente se for realizada sem obrigação e imposições, mas por uma ação espontânea do indivíduo. Salienta-se que esta espontaneidade se manifesta a partir do trabalho executado dentro da sala de aula. Ainda, de acordo com as Orientações Curriculares, (2000, p.55) "o letramento literário é a condição de que não apenas saber ler e escrever, mas cultivar e exercer as práticas sociais que usam a escrita".

Assim, concedendo acesso ao texto literário, permite-se que o livro seja explorado na sala de aula pelo aluno. Essa é uma forma de aguçar o conhecimento e habilidade leitora do estudante, para que o ensino da literatura não seja apenas um método tecnicista, visto que o letramento literário não é uma mecanização, ele leva o sujeito a conquistas, ao excêntrico, não se limitando à qualificação de uma mão de obra. Esse trabalho não é simples, porque nem sempre a leitura do texto literário é autêntica e natural. Ela determina uma dedicação, um comprometimento do leitor com o texto, um empenho ao que, às vezes, não é de consumo instantâneo, mas exige trabalho: "uma boa leitura ou uma leitura significativa estará sempre a nos exigir tempo, reflexão, análise detida das obras [...]. O prazer de ler, tão badalado, nasce do esforço, do trabalho" (Alves, 2006, p. 119).

Percebe-se que as práticas escolares do ensino da literatura não são capazes de acompanhar as transformações ocorridas ao longo do processo de ensino, perdendo-se nos caminhos da história. Tomando o efeito pela causa e confundindo os fins com os meios, o ensino da literatura se estagnou no emprego aparentemente didático do texto literário para ensinar uma gramática esterilizada da língua, e de certa forma, o que importa ao currículo escolar. A leitura da obra, quando é

praticada, na maioria das vezes serve apenas para debates ineficientes de temas vagamente motivados pelo texto literário.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida expondo a importância da literatura como umas das muitas manifestações artísticas e culturais do ser humano na sociedade ao longo de nossa história. Mas, infelizmente, nem todos os cidadãos têm o direito e o acesso à literatura. Além de mostrar como a literatura está inserida na proposta da Base Nacional Comum Curricular e a viabilização de suas orientações para a formação do ser humano, é fato que a literatura é uma disciplina que ajuda a aumentar a compreensão do mundo e a formar os estudantes intelectualmente, deste modo o indivíduo vai se aperfeiçoando e desenvolvendo seu lado humanizador, mas esse processo, como foi argumentado, não é automático, pois necessita de intervenção. Assim, compreende-se a necessidade da escola e, portanto, da literatura no processo de humanização dos indivíduos.

Dessa maneira, constata-se que as mudanças dos documentos normativos e reguladores não assinalam para uma reforma de procedimentos adotados no ensino de literatura. Percebe-se, na redação da BNCC, que a importância concedida à literatura é muito vaga. Desse modo, embora a Base Nacional Comum Curricular tenha sido implantada com a finalidade de unificar a educação no Brasil, ela se apresenta de forma negligente no ensino de literatura, porque supera os documentos anteriores por meio da supressão das orientações específicas relacionadas a ela e não por incorporação.

Nesta perspectiva de construção curricular, espera-se que a oferta do letramento literário seja realizada por meio de um procedimento metodológico coeso para o ensino de literatura, principalmente em classes dos anos finais do ensino fundamental. Essa análise se fundamenta pela visão de que o letramento literário contribui para fomentar a independência do aluno, promovendo a diversidade de práticas pedagógicas e assegurando a interlocução com diferentes manifestações culturais, oferecendo a inclusão e inovações de novas linguagens na escola.

Desta forma, compreende-se que a literatura possui grande importância para a sociedade. A arte literária tem seu diferencial na perpetuação das marcas históricas presentes nas narrativas e, conseqüentemente, a transferência dos

costumes, valores e até dos problemas de épocas muito distintas. Assim, seu valor se encontra, também, na possibilidade de reflexão e identificação, resultantes da vivência dialética de dramas históricos por meio das narrativas nas quais o homem compreende de forma profunda as dinâmicas sociais de épocas passadas e do próprio presente.

Com a possibilidade de o indivíduo viver realidades muito distantes das que ele pertence, a literatura lhe proporciona a incorporação dos dramas presentes nas obras de forma reflexiva para a compreensão das demandas presentes nos acervos literários, assim, é possível afirmar que “não se precisa sentir fome para sentir a mazela da fome”, porque, pelo exercício da leitura literária, o homem pode ser modificado em sua percepção da realidade a ponto de rever sua prática social, constatando-se como um ensino essencial para o processo de humanização dos indivíduos.

É perceptível que a leitura literária ainda não é praticada em sala de aula de forma ampla e eficiente. Porque os livros e as obras literárias precisam ser fonte de leitura deleite, além de estimular o gosto por diversas leituras que não são praticadas nesse contexto. Dessa maneira, compreende-se que os professores estão mais preocupados com a adequação do sistema e das normas da escrita do que com o letramento literário, que acaba não acontecendo quando o texto literário é executado dessa forma em sala de aula.

Desta forma, o letramento literário precisa ganhar espaço desde a educação infantil, porque já nessa etapa da educação toda a comunidade escolar, professores, pais e crianças, precisam se envolver nesse processo com o objetivo de expandir as práticas literárias. Os hábitos de narrações de história e contos são atividades recreativas e alegres que dispõem de uma grande relevância para a inclusão das crianças no mundo letrado. É necessário modificar as configurações da expressão oral, porque as crianças são exigentes e aspiram inovações no cotidiano escolar como uma história narrada com marionetes, uma atração de sombras, poemas, parlendas e cantigas de rodas, proporcionando, portanto, o desenvolvimento integral delas. Nesse sentido, o docente precisa empenhar-se com metodologias que viabilizem a ampliação da oralidade, favorecendo às crianças momentos de espontaneidade através da conversação, recreação, recontos de histórias, etc. Caberá ao docente criar cenários e estar atento às diversas oportunidades que tornam o letramento literário um aprendizado permanente.

Depreende-se que as instituições de ensino têm um potencial de ser um meio de realização e difusão do letramento literário, apesar de que nem todas compreendem a relevância desse cenário no ambiente escolar. Lidar com textos literários na escola é trabalhar fatores de receptividade.

A escola, portanto, precisa apresentar aos estudantes os mecanismos e as chances de que precisam para a sua formação e aquisição do conhecimento não apenas na sala de aula, mas também nos caminhos a serem percorridos fora dela e nos mais diversos campos da sociedade, sendo capacitados para identificar a dimensão dos procedimentos da leitura, da escrita e da literatura em seu desenvolvimento humano e de seu conhecimento nas diferentes áreas de letramento com os quais possam descobrir e se envolver em diferentes contextos sociais.

Conclui-se que, letramento literário enquanto prática escolar é permitir que o aluno da educação básica tenha acesso à literatura, ou seja, outorgar o direito de fabulação a esses discentes, como também o direito de realizar práticas sociais, formando sujeitos críticos e competentes. Desta forma, espera-se que o poder público e os educadores se conscientizem do mérito do letramento literário como um dos direitos fundamentais de aprendizagem que a escola precisa proporcionar aos alunos e para que eles se sintam motivados para promover a leitura literária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS:

AGUIAR, Vera Teixeira de. O saldo da leitura. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (Orgs.). **Leitura de literatura na escola**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 153-161.

ALMEIDA, Maria do Socorro Pereira de. **Dois palavras sobre literatura**. Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE – Ano 1 – Nº 01 – Agosto/2007, p. 2012

ALVES, Helder Pinheiro. Teoria da Literatura, crítica literária e ensino. IN: ALVES, Hélder Pinheiro; NÓBREGA, Marta (orgs.). **Literatura da crítica à sala de aula**. Campina Grande: Bagagem, 2006. p. 111 - 126.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, que **estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais+: Ensino Médio - Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

_____. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: linguagens códigos e suas tecnologias**. Vol. 1. Brasília: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base – Ensino Médio. Brasília, 2018.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitura e Participação. In: **Contra o consenso – Cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CANDIDO, Direitos Humano e Literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
Antonio.

_____. **A literatura e a formação do homem**. Ciência e Cultura. São Paulo, pág. 81-90; 802-809, 2002.

_____. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre: Azul, 2011.

CECHINEL, André. **Literatura e formação: notas sobre o lugar do literário nas instituições de ensino**. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 167, mar. 2018. p. 356-373. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/4850/pdf_1. Acesso em: 31 jul. 2022.

COLOMER, T. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COLOMER, T. & CAMPS, A. **Ensinar a ler e ensinar a compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: educação para vida**. Vida e Educação, Fortaleza, v. 10, p. 14-16, 2006.

_____. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana S.A., 1955.

DICIONÁRIO AURÉLIO. 2ª edição. Curitiba: Posigraf, 2004

DUARTE, Newton. **A Pedagogia Histórico-Crítica e a Formação da Individualidade Para Si**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 5, n.º 2, p. 59-72, dez./2013.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura – Uma Introdução**. Tradução de Waltensir Dutra São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FIGUEIREDO, Olívia. Didática do Português Língua Materna – **Dos programas de ensino às teorias, das teorias às práticas**. 1ª.ed. Porto: ASA, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria & RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, Angela B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 51-62.

_____. M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2002.

_____. O texto não é pretexto: será que não é mesmo? In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tânia (Org.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 17-40.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, literatura e escola – sobre a formação do gosto**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MALARD, Letícia. **Ensino e literatura no 2º grau: problemas & perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

MORIN, Edgar - **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

OLHER, Rosa Maria. **Literatura e Instituição**. Anuário de Literatura vol. 13, n. 2, 2008, p. 79-82

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____, **Literatura para todos. Literatura e sociedade**, São Paulo, nº 9, dez. 2006, pp. 17-29.

ROCCO, Maria Tereza Fraga. **Literatura e ensino: uma problemática**. São Paulo: Ática, 1992.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Elementos de pedagogia da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SOARES, Magda. **Letramento e escolarização**. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Alfabetização e letramento na Educação Infantil**. Belo Horizonte, Pátio – Educação Infantil, Ano VII, n.20. jul/out, 2009.

ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Literatura e pedagogia: ponto e contraponto**. São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB: Associação de leitura do Brasil, 2008.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura e o ensino da Literatura** (livro eletrônico). Curitiba: Ibpex, 2012.

_____, Regina. (Org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.